

Versão final

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PARA O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO
PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha**

PROJETO

914BRZ5015

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA SMDU / SÃO PAULO
(9580)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EDITAL 04/2019

PRODUTO 6 – SUBPREFEITURA CASA VERDE/CACHOEIRINHA

DETALHAMENTO

Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

CONSULTOR

Consultor Especialista em Planejamento Urbano Participativo

Pedro Sales de Melo Suarez

Lista de siglas

ABEV	Associação Beneficente Edificando Vidas
AMA	Assistência Médica Ambulatorial
AME	Ambulatório de Especialidades
ATI	Academia para Terceira Idade
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSAD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CCJ	Centro Cultural da Juventude
CCM	Centro de Cidadania da Mulher
CCNSA	Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida
CDC	Clube da Comunidade
CEI	Centro de Educação Infantil
CEO	Centro de Especialidade Odontológica
CEP	Código de Endereçamento Postal
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CEU	Centro Educacional Unificado
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COVID 19	Doença causada pelo novo corona vírus
CPM	Conselho Participativo Municipal
CRM	Centro de Referência da Mulher
CTN	Centro de Tradições Nordestinas
EE	Escola Estadual
EETU	Eixos e Estruturação da Transformação Urbana
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI	Escola Municipal de Ensino Infantil
ETA	Estação de Tratamento de Água
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FMSAI	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GEOINFO	Coordenadoria de Produção e Análise de Informação
HM	Hospital Municipal
HMP	Habitação de Mercado Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEM	Macroárea de Estruturação Metropolitana
MSP	Município de São Paulo
NCI	Núcleo de Convivência para Idosos
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGP	Open Government Partnership
ONG	Organização Não Governamental
PA	Perímetro de Ação
PDE	Plano Diretor Estratégico - Lei 16.050/2014
PGIRS	Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos
PIU	Projeto de Intervenção Urbana
PIU-ACT	Projeto de Intervenção Urbana do Arco Tietê
PLANURBE-SMDU	Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

PMH	Plano Municipal de Habitação
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPA	Plano Plurianual
PROAURP	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
PRS	Plano Regional da Subprefeitura
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAGA	Supervisão para Assuntos de Governo Aberto
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SESC	Serviço Social do Comércio
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras

SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SPTTrans	São Paulo Transporte S/A
SPUrbanismo	São Paulo Urbanismo
SUVIS	Supervisões de Vigilância em Saúde
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
ZDE	Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZPI	Zona Predominantemente Industrial

Lista de quadros, gráficos e mapas

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	20
Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	21
Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.	22
Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.	37
Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.	65
Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.	81
Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.	90
Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.	92
Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha.	95
Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.	100
Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha.	101
Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	125

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	13
PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL	27
Institucionalidades e administração pública	28
Planejamento urbano e planejamento orçamentário	30
Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada	32
1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA	34
1.1. Plano Regional da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	34
1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação (PAs)	38
2. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE METAS 2019-2020	65
2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura	65
2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação	67
2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020	73
3. PRIORIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE AÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS	75
3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	85
3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação	89
4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	91
4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública	93
4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas	100
4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública	106

5. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA

124

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata dos “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo”. Este documento é produto da cooperação entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A cooperação se estabelece pelo Projeto 914BRZ5015 - Gestão da informação e do conhecimento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura do Município de São Paulo, Editais UNESCO Nº 03, 04 e 05/2019, publicizados entre 17 e 24 de setembro de 2019. Os profissionais contratados participaram na elaboração dos Planos de Ações das Subprefeituras do município de São Paulo junto a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU-PMSP).

Além desta apresentação, os “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” estão organizados em duas partes. A primeira refere-se à Introdução, que apresenta e debate o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, assim como suas relações com o sistema de planejamento urbano, o processo orçamentário e a participação da sociedade civil organizada.

A segunda parte refere-se ao estudo desenvolvido para as 32 Subprefeituras do município de São Paulo, sendo essa parte estruturada em cinco seções:

1. Plano Regional da Subprefeitura: em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, discute:

1.1. Plano Regional da Subprefeitura: abarca o diagnóstico construído pelo processo do Plano Regional da Subprefeitura, introduzindo as questões urbanas particulares a cada Subprefeitura.

1.2 Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação: apresenta a caracterização e as diretrizes para cada Perímetro de Ação em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020: apresenta a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 do município de São Paulo, e debate a incidência deste sobre cada Subprefeitura e Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura: estuda a relação espacial entre Programa de Metas 2019-2020 e os Perímetros de Ação.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020: apresenta convergências e articulações entre os Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 para cada Subprefeitura.

3. Priorização dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura: apresenta a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos Perímetros de Ação em reuniões com os Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação: descreve os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas para tal, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação: apresenta síntese sobre os Perímetros de Ação prioritários, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as propostas da sociedade civil organizada a partir da audiência pública; síntese dessas propostas; classificação de cada proposta; autoria das respostas em termos de secretaria municipal; pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura; e as devolutivas de cada secretaria municipal sobre as propostas para o Plano de Ação.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal e a pertinência das demandas para o Plano de Ação.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas: apresenta as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas dos munícipes.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam a implementação do Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda integram os Planos de Ação das Subprefeituras os anexos:

Anexo 01 - Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020.

Anexo 02 - Mapas do Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 03 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 04 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

INTRODUÇÃO

A realização dos “Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” foi definida no Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, que trata dos Planos Regionais das Subprefeituras e também no 2º Plano de Ação em acordo com os objetivos do Governo Aberto na Cidade de São Paulo¹. O Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras” do Governo Aberto, que é o de ouvir as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantir a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei 16.050/2014) os Planos Regionais das Subprefeituras integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, e detalham as diretrizes do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, com seu horizonte de planejamento que segue até 2029.

No âmbito territorial de cada Subprefeitura, os Planos Regionais das Subprefeituras articulam as políticas setoriais e complementam as proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais e demarcam os instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no PDE 2014, em especial no seu artigo 346.

O aspecto territorial dos Planos Regionais é determinado pela *Rede de Estruturação Local*, a qual é composta por *Perímetros de Ação*, que são porções do território

¹ A Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA), foi instituída pela Prefeitura Municipal de São Paulo no Decreto no 54.794/2014 como parte da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (chamando-se, a princípio, São Paulo Aberta). Em janeiro de 2019, a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto foi transferida para a Secretaria do Governo Municipal, em acordo com o Decreto No 58.596 de 07/01/2019. Seu principal objetivo é criar políticas públicas para difundir, articular e fomentar os conceitos de transparência, inovação, participação social e accountability na gestão pública como vias de combate à corrupção, além de interagir com a Open Government Partnership (OGP) na prestação de contas dos compromissos assumidos no Plano de Ação em Governo Aberto da cidade de São Paulo. O 2º Plano de Ação em Governo Aberto possui cinco compromissos, e o Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local”: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

Informações extraídas de: Documento interno elaborado por SGM-PMSP, outubro de 2019 (pp.1-6). Sobre Governo Aberto ver também: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/governo_aberto_na_cidade_de_sao_paulo/index.php?p=252984>, consultado em dezembro de 2020.

destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e investimentos públicos, caracterizados a partir da articulação dos elementos locais nos sistemas urbanos e ambientais, nos termos do Plano Diretor Estratégico.

Dessa forma, foram elaborados em 2016 nas 32 Subprefeituras os respectivos Planos Regionais, que delimitaram 380 Perímetros de Ação Local para todo o município. Cada um desses *Perímetros de Ação* conta com descrição e mapeamento da respectiva área de análise, caracterização das questões relacionadas à sua área, bem como, apresentam objetivos e diretrizes para as intervenções intersecretariais em âmbito local.

O Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, e articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; determina a composição e atribuições dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e orienta a elaboração e a aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Os Planos de Ação das Subprefeituras definidos no § 4º do artigo 346 do PDE – 2014 visam garantir a compatibilidade entre a territorialização das ações setoriais previstas no Programa de Metas e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais das Subprefeituras, e devem ser atualizados quadrienalmente, ouvido o Conselho de Representantes, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas municipal, devendo esse último ser divulgado em até 90 dias a partir da posse do novo prefeito.

O Plano de Ação das Subprefeituras tem por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais, compatibilizando o Programa de Metas com a territorialização das ações setoriais previstas, conforme o Art. 9º - Decreto nº 57.537/2016.

§ 1º Os Planos de Ação das Subprefeituras contém:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2020 foi coordenada pela Secretaria de Governo Municipal (SGM) e das Subprefeituras (SMSUB) com orientação, suporte técnico e suporte metodológico da Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, com a participação dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e dos Conselhos Participativo Municipais (CPM).

No início de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo promoveu uma revisão do Programa de Metas adequando-se à conjuntura econômica, financeira e administrativa, além de levar em consideração eventos imprevistos e lições aprendidas, definiu compromissos para o biênio 2019-2020. Com o compromisso de promover uma ampla divulgação da revisão programática, foram realizadas audiências públicas, de caráter devolutivo, nas 32 subprefeituras, além de uma audiência promovida na Câmara Municipal.

A revisão do Programa de Metas exprime 36 Objetivos Estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. Os objetivos estratégicos são enunciados que comunicam, de maneira direta e simples, quais as principais aspirações da Prefeitura, o resultado geral esperado com a execução das metas e as iniciativas associadas a eles. As metas dimensionam estes compromissos, estabelecendo o indicador para seu acompanhamento e o quantitativo a ser alcançado até o final de 2020. As iniciativas são as ações concretas necessárias ao alcance dos objetivos, por meio de intervenções realizadas pela Administração para que o resultado global seja alcançado com impactos positivos na vida da população.

A primeira rodada de Oficinas de Planejamento com vistas a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras foi realizada entre os dias 16 e 30 de outubro de 2019 e sintetizou os conteúdos dos Planos Regionais das Subprefeituras, bem como, tratou de dar início a avaliação da articulação entre os Perímetros de Ação nele definidos com a territorialização das metas do Programa de Metas 2019-2020, face ao processo orçamentário e a atuação das diversas secretarias municipais em âmbito local.

As 32 oficinas realizadas retomaram o processo de planejamento regional, a partir das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) com atenção às divisas administrativas e aos territórios das 32 subprefeituras da capital paulista.

De acordo com Plano Diretor Estratégico (PDE) e com o Decreto 57.537/2016, os Núcleos Regionais de Planejamento, são:

- instâncias vinculadas a cada Subprefeitura, atuando como um colegiado intersetorial e interdisciplinar;
- responsáveis pela integração e articulação das políticas;

- responsáveis pelo acompanhamento das ações voltadas à concretização dos princípios, diretrizes e ações do Plano Diretor, dos Planos Regionais e outros instrumentos do Sistema de Planejamento Urbano;
- responsáveis por fornecer insumos para a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por integrar as discussões de conteúdo dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por contribuir para os processos participativos dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por apoiar e acompanhar as intervenções nos Perímetros de Ação;
- responsáveis por, quando cabível, constituir subgrupos para acompanhamento de intervenções específicas.

A realização dessas primeiras rodadas de Oficinas de Planejamento utilizou os mapas dos Perímetros de Ação definidos nos Cadernos dos Planos Regionais das Subprefeituras para cada uma das 32 Subprefeituras, bem como, a cada um deles foram sobrepostas as informações disponíveis sobre as metas incidentes nos territórios das Subprefeituras, previstas para o período 2019-2020 (cf. **Anexo 02**).

Os mapas produzidos com essas sobreposições refletiram o estado da arte das informações sobre as metas territorializadas a partir do levantamento das informações coletadas pelas Secretarias de Governo e das Subprefeituras, bem como, junto a todas as secretarias setoriais municipais com ação nos territórios.

Ressalta-se que o processo de planejamento foi iniciado a partir de um banco de dados preliminar sistematizado e georreferenciado em mapas elaborados por PLANURBE-SMDU, com possibilidade dinâmica de recepção de novas informações sobre as metas territorializadas, em um prazo máximo definido até 13/12/2019, a partir do qual novos ajustes foram realizados para a formulação das bases para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020.

A segunda rodada de oficinas em direção à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras, teve como objetivo a *priorização dos Perímetros de Ação (PA)* definidos nos Planos Regionais das Subprefeituras, as quais, foram realizadas em reuniões de análise e avaliação técnicas por Subprefeitura e junto aos respectivos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

Para a avaliação técnica foi utilizado o método de pontuação e classificação dos Perímetros de Ação com base em cesta de critérios, conforme definido na “Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020” (**Anexo 01**).

Os critérios definidos para a avaliação técnica foram: (1) Estruturação e Transformação Urbana; (2) Inclusão socioeconômica; (3) Economia Urbana Local; (4) Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; (5) Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento; (6) Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; (7) Mobilidade Urbana; (8) Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

A avaliação técnica foi organizada em três etapas, e a articulação dos critérios se adequa a cada uma das etapas, conforme segue:

- (i) identificar a relação espacial entre critérios e Perímetros de Ação; mediante a *aplicação dos critérios de análise para cada um dos Perímetros de Ação*;
- (ii) avaliar a relevância dos diferentes critérios para cada um dos Perímetros de Ação, também com atenção ao Programa de Metas;
- (iii) analisar a relação espacial entre Programa de Metas e os Perímetros de Ação, em acordo com os diferentes critérios e considerado o estágio do projeto, obra ou atividade (planejamento, em execução, ou executado).

Após essa fase de avaliação técnica pelos NRPs e em continuidade ao processo de planejamento urbano, conforme definido nas disposições legais, a administração pública municipal realizou a *1ª rodada de audiências públicas* relativas à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

As audiências públicas de consulta à sociedade civil, foram organizadas em parceria entre as Secretarias de Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Urbano (SMDU), das Subprefeituras (SMSUB), e cada uma das 32 Subprefeituras. Elas ocorreram entre os dias 3 e 19 de fevereiro de 2020, e contaram com a participação dos membros dos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras.

A agenda de audiências públicas sofreu ajustes devido a fortes chuvas e ao agravamento das situações de risco das populações mais vulneráveis em subprefeituras periféricas. Esse ajuste de datas se deu com vistas a potencializar a participação de população nas audiências públicas.

As audiências públicas foram iniciadas com a apresentação da SGM sobre o planejamento orçamentário municipal. Na sequência a equipe de PLANURBE-SMDU realizou a exposição sobre os Planos de Ação das Subprefeituras que abarcou o Plano Diretor Estratégico (PDE) e os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS). Neste segundo momento, os técnicos representantes da SMDU, com o apoio dos consultores UNESCO, trataram da articulação entre Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020, com vistas à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras.

A metodologia proposta em conjunto por SGM, SMDU e consultores UNESCO às consultas à sociedade civil utilizou o método de validação e/ou revisão dos resultados da Priorização de Perímetros de Ação em reuniões com os Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras.

Conforme já comentado anteriormente, os trabalhos de Priorização de Perímetros de Ação haviam sido realizados previamente pelos 32 Núcleos Regionais de Planejamento (NRP), internamente à estrutura da administração municipal, para cada uma das Subprefeituras, durante o período de novembro de 2019 a janeiro de 2020.

O escopo das apresentações para as consultas à sociedade civil foi definido em conjunto pelos consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU. O escopo foi estruturado da seguinte maneira:

- Abertura por SGM e SMSUB – Subprefeito;
- Síntese dos conceitos gerais do Plano Regional da Subprefeitura;
- Apresentação dos Perímetros de Ação, e sua localização, principais aspectos que o caracterizam, principais diretrizes e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020;
- Apresentação de Quadro Síntese sobre os PA priorizados pelo Plano de Ação da Subprefeitura 2020 (cf. **Quadro 5**), acompanhado da justificativa que orientou essa priorização;
- Discussão aberta promovida na audiência pública;
- Manifestação verbal e escrita de participantes e representantes da sociedade civil;
- Síntese final sobre o objetivo principal da reunião, esclarecimentos necessários e validação e/ou realização de ajustes para orientar a formulação do Plano de Ação da Subprefeitura
- Dinâmica adotada nas audiências públicas: Plenária com os presentes, com a supervisão dos técnicos de PLANURBE-SMDU e consultores UNESCO. Foram utilizados os seguintes materiais pertinentes a cada Subprefeitura: 2 Mapas A0

de cada Subprefeitura; Mapas A3 para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura; **Quadro Plano Regional da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020** (cf. Quadro 3); **Quadro Perímetros de Ação priorizados e justificativas** (cf. Quadro 5).

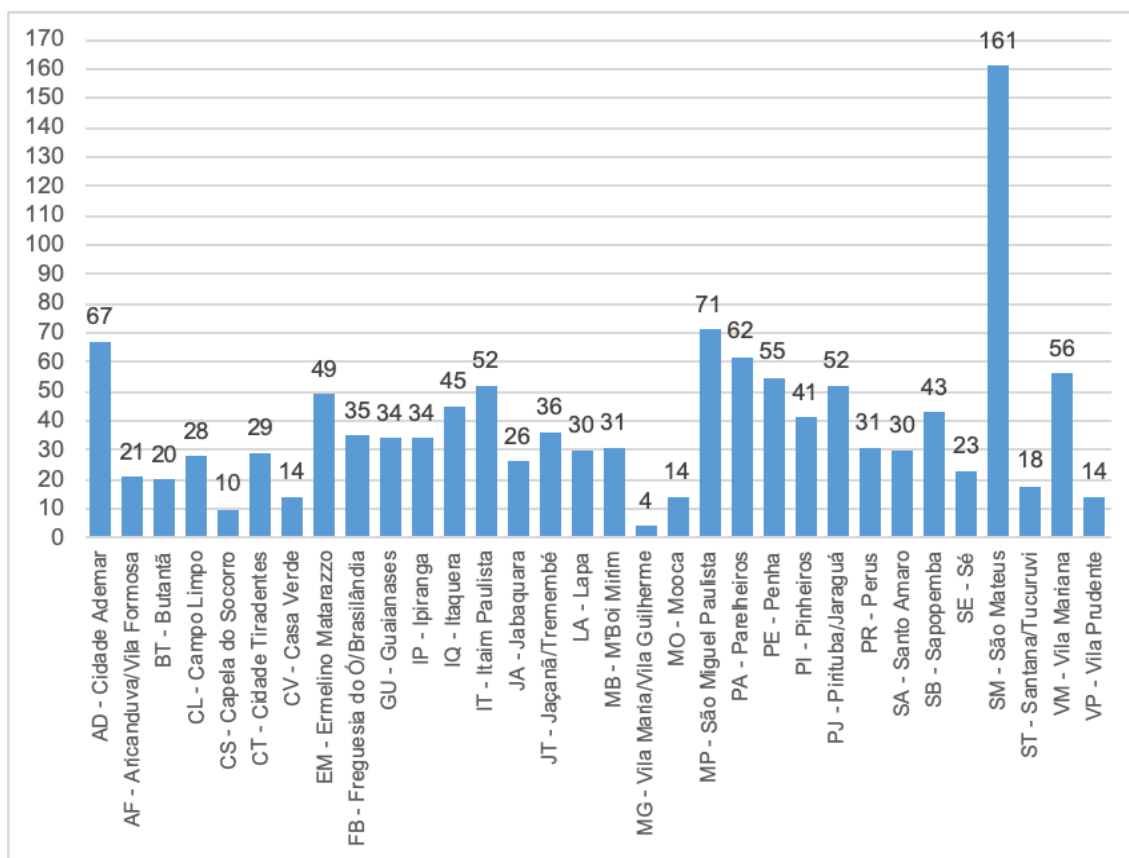
O último momento das audiências públicas foi dedicado à manifestação de representantes da sociedade civil, em formato plenária. O público foi composto pelos conselheiros participativos municipais, mas não exclusivamente, uma vez que as audiências foram públicas e abertas. Para além da manifestação verbal, os partícipes representantes da sociedade civil também registraram suas contribuições por escrito em fichas, conforme o modelo sugerido por SGM. As contribuições registradas por escrito, recolhidas ao longo das 32 audiências públicas nas Subprefeituras, são o insumo central para o desenvolvimento do presente relatório técnico.

As contribuições de sociedade civil registradas por escrito durante a primeira rodada de audiência pública foram sistematizadas pela SGM e compõem um quadro de referências. Uma síntese desses resultados é apresentada a seguir pelo **Quadro 1 e Gráfico 1**.

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

Subprefeitura	Propostas	%
AD - Cidade Ademar	67	5%
AF - Aricanduva/Vila Formosa	21	2%
BT - Butantã	20	2%
CL - Campo Limpo	28	2%
CS - Capela do Socorro	10	1%
CT - Cidade Tiradentes	29	2%
CV - Casa Verde	14	1%
EM - Ermelino Matarazzo	49	4%
FB - Freguesia do Ó/Brasilândia	35	3%
GU - Guaianases	34	3%
IP - Ipiranga	34	3%
IQ - Itaquera	45	4%
IT - Itaim Paulista	52	4%
JA - Jabaquara	26	2%
JT - Jaçanã/Tremembé	36	3%
LA - Lapa	30	2%
MB - M'Boi Mirim	31	3%
MG - Vila Maria/Vila Guilherme	4	0%
MO - Mooca	14	1%
MP - São Miguel Paulista	71	6%
PA - Parelheiros	62	5%
PE - Penha	55	4%
PI - Pinheiros	41	3%
PJ - Pirituba/Jaraguá	52	4%
PR - Perus	31	3%
SA - Santo Amaro	30	2%
SB - Sapopemba	43	3%
SE - Sé	23	2%
SM - São Mateus	161	13%
ST - Santana/Tucuruvi	18	1%
VM - Vila Mariana	56	5%
VP - Vila Prudente	14	1%
Total	1236	100%

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

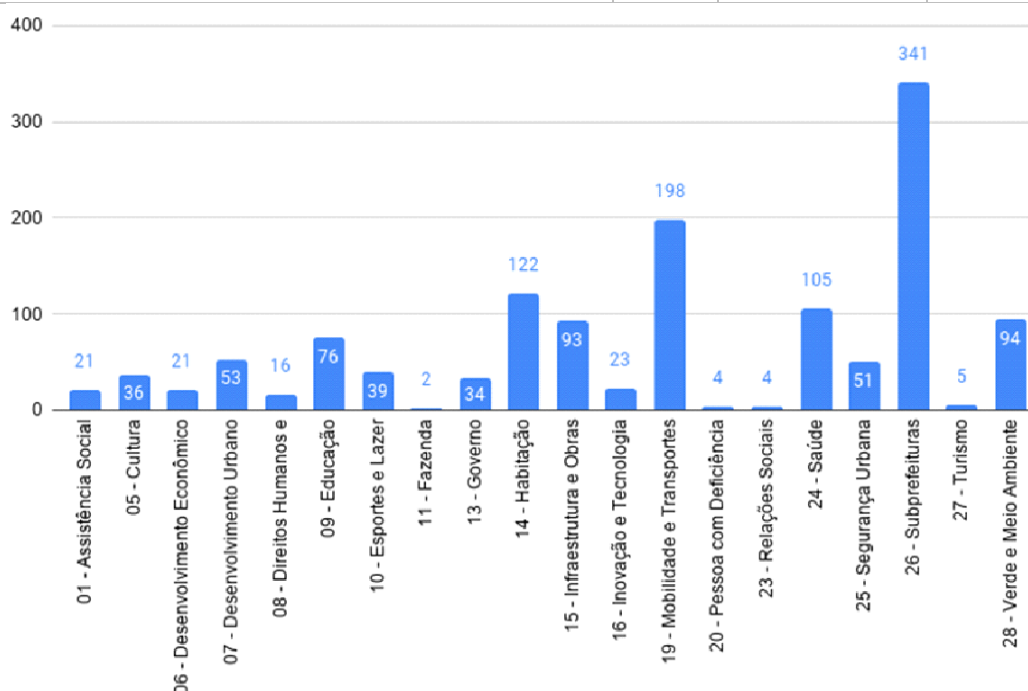


Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Conforme pode-se observar, as Subprefeituras com maior quantidade de contribuições escritas foram: São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Ademar, Parelheiros, Vila Mariana, Penha e Itaim Paulista. As propostas da sociedade civil foram classificadas com atenção às competências das secretarias municipais, como evidenciam o **Quadro 2** e **Gráfico 2**.

Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.

Total Propostas	1236
Total de Propostas Distribuídas*	1338
* excluindo-se propostas não legíveis.	
* algumas propostas foram encaminhadas para mais de 1 secretaria.	
01 - Assistência Social	21 propostas 1,6%
05 - Cultura	36 propostas 2,7%
06 - Desenvolvimento Econômico	21 propostas 1,6%
07 - Desenvolvimento Urbano	53 propostas 4,0%
08 - Direitos Humanos e Cidadania	16 propostas 1,2%
09 - Educação	76 propostas 5,7%
10 - Esportes e Lazer	39 propostas 2,9%
11 - Fazenda	2 propostas 0,1%
13 - Governo	34 propostas 2,5%
14 - Habitação	122 propostas 9,1%
15 - Infraestrutura e Obras	93 propostas 7,0%
16 - Inovação e Tecnologia	23 propostas 1,7%
19 - Mobilidade e Transportes	198 propostas 14,8%
20 - Pessoa com Deficiência	4 propostas 0,3%
23 - Relações Sociais	4 propostas 0,3%
24 - Saúde	105 propostas 7,8%
25 - Segurança Urbana	51 propostas 3,8%
26 - Subprefeituras	341 propostas 25,5%
27 - Turismo	5 propostas 0,4%
28 - Verde e Meio Ambiente	94 propostas 7,0%



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Destaca-se que a maior parte das contribuições escritas da sociedade civil foram destinadas às Subprefeituras (341), Mobilidade e Transportes (198), Habitação (122), Saúde (105) e Infraestrutura (98). As demandas organizadas segundo as secretarias municipais foram encaminhadas para análise de cada órgão, para cotejar a viabilidade de sua inserção no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização e avaliação das contribuições escritas da sociedade civil na consulta pública e o parecer apresentado pelos órgãos setoriais municipais são os principais insumos para a preparação da segunda (2ª) Rodada de Audiências Públicas - Audiências Devolutivas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil nas audiências públicas considerou os seguintes quesitos de classificação: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria. Foram sistematizados os posicionamentos de setoriais municipais sobre as contribuições de sociedade civil, e avaliada *sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura*.

A partir dessa avaliação foram analisadas as contribuições da sociedade na 1ª Rodada de Consultas, em função da sua viabilidade técnica e financeira, entre outros aspectos, pelo executivo municipal e, em especial, observada a articulação e possibilidade de inserção dessas propostas ao Plano de Ação 2020, às recomendações para 2021 e para os próximos ciclos de planejamento.

Essa análise considerou a relação das propostas com os objetivos e as diretrizes apresentadas para cada Plano Regional de Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020, em específico para os Perímetros de Ação (PA) priorizados em cada Subprefeitura. Foram também apresentadas justificativas e recomendações para as contribuições que apresentaram pouca ou nenhuma aderência ao Plano de Ação das Subprefeituras, a exemplo de ações voltadas ao aperfeiçoamento das atividades de zeladoria e da gestão das Subprefeituras, e outras recomendações que poderão retroalimentar a revisão do Plano Diretor Estratégico 2014 e dos respectivos Planos Regionais.

Finalmente, são apresentadas recomendações técnicas, para os Perímetros de Ação e Planos de Ação das Subprefeituras, desenvolvidas em parceria entre consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU.

Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil

Segundo o artigo 322 do Plano Diretor Estratégico - Lei Municipal 16.050 de 2014, a gestão democrática deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, transparência, e acesso à informação. A partir disso, recomenda-se que o executivo dê publicidade, por meio dos sítios da prefeitura, aos insumos tratados correspondentes ao Plano de Ação de cada Subprefeitura, como subsídios à realização das reuniões devolutivas, direcionada a cada Subprefeitura.

Com base nas orientações do artigo 322 recomenda-se que os documentos elaborados para o **Plano de Ação das Subprefeituras 2020 com recomendações para 2021 sejam disponibilizados nos portais eletrônicos das Subprefeituras**, assim como, no site Gestão Urbana. No caso de informações territorializadas, a plataforma Geosampa se mostra como um importante meio de difusão e publicização.

A segunda rodada de audiências públicas – as audiências devolutivas – para o Plano de Ação deveriam ter ocorrido entre os meses de abril e maio do ano de 2020, em formato presencial.

Em função da Pandemia da COVID 19 e dos impedimentos legais em vigor a partir de 15 de agosto de 2020, definido pela legislação eleitoral, as oficinas devolutivas para a discussão dos Planos de Ação foram adiadas sine-die.

A metodologia para as reuniões devolutivas constituir-se-ia da apresentação e discussão da **Sistematização das demandas apresentadas pelos conselheiros e participantes da sociedade civil, elaborados para cada uma das 32 Subprefeituras** (cf. Quadro 6), e **Posição e Avaliação das secretarias municipais sobre as propostas apresentadas para o Plano de Ação de cada uma das Subprefeituras** (cf. Quadro 8).

Destaca-se o grande volume de propostas que foram analisadas e organizadas por temas e encaminhadas para análise de cada órgão, para avaliação da viabilidade de inserção delas no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 ou 2021.

O principal subsídio ao Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 é a articulação e a inserção de parte dessas propostas, avaliadas pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU, com base no **Quadro 9 - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021**.

Disponibilização das informações para apresentação dos Planos de Ação por Subprefeituras

Para a finalização dos Planos de Ação, tendo em vista a impossibilidade de realização das reuniões devolutivas, recomenda-se a publicização das informações consideradas fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos:

- Inserção e disponibilização dos Perímetros de Ação (PA) que compõem os Planos Regionais de cada Subprefeitura na plataforma Geosampa;
- Disponibilização das apresentações dos Planos Regionais e respectivos Perímetros Prioritários preparada para a 1ª Rodada de Audiências com os Conselhos Participativos Municipais (CPM);
- Disponibilização da Apresentação contendo a Avaliação das demandas e propostas indicadas pelos Conselhos Participativos Municipais e sociedade civil em cada Subprefeitura. Essa apresentação é baseada na análise de viabilidade de atendimento, e/ou de outros encaminhamentos às demandas, pelos órgãos setoriais responsáveis, em atividade coordenada por SGM, que constam dos seguintes Quadros:
 - **Quadro 6** – Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras,
 - **Quadro 8** - Devolutivas das secretarias municipais, sobre as propostas da sociedade civil apresentadas para o Plano de Ação, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras.
 - **Quadro 9** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura, para o Plano de Ação de 2021 e para as demais peças de planejamento entre 2021-2024.

Recomenda-se a apresentação dos resultados desse trabalho aos Conselhos Participativos Municipais de cada Subprefeitura tão logo seja possível em função das medidas de saúde pública requeridas pela pandemia da COVID-19 e respeitadas as restrições da legislação eleitoral.

Por fim, recomenda-se a articulação dos resultados do Plano de Ação das Subprefeituras para 2020 e das recomendações para o Plano de Ação para 2021 à discussão das propostas para a LOA e LDO para o ano de 2021.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se

assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Destaca-se também a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 em processo de consolidação institucional, e vinculada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.²

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, estes trazem também recomendações para o Plano de Ação para 2021 e para o planejamento do período 2021-2024, recomendando-se que a elaboração de planos de ação das Subprefeituras se transforme em prática perene, rotineira e periódica de planejamento participativo.

²

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=237119>, portal eletrônico consultado em setembro de 2020.

Plano de Ação da Subprefeitura e o Sistema de Planejamento Urbano Municipal

O presente documento conclui a prestação de serviços técnicos especializados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, com a elaboração pioneira dos Planos de Ação das Subprefeituras, conforme previsão legal, os quais compõem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano paulistano.

Os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados conforme a orientação do Plano Diretor Estratégico de 2014, foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e também integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Estão centrados no planejamento local integrado dos espaços públicos e das políticas setoriais municipais, ao passo que deixaram de regular o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, formulado em lei específica aprovada em 2016.

Os Planos de Ação das Subprefeituras devem revisar e priorizar as propostas apresentadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, e buscar a integração entre o planejamento urbano local e o processo orçamentário.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Desse modo, destaca-se a relevância dos processos participativos para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e a importância do planejamento urbano local para a tomada de decisão no âmbito da administração municipal, em sintonia com a opinião manifesta da sociedade civil organizada.

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, cabe uma síntese e considerações, que representam as lições apreendidas nesse processo. Essas considerações avançam em três principais eixos: (i) institucionalidades e administração pública; (ii) planejamento urbano e planejamento orçamentário; (iii) planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada.

Institucionalidades e administração pública

Em termos de institucionalidades e gestão pública, cada setor da administração pública municipal possui sua racionalidade própria, e incorpora objetivos, estratégias, critérios e forma de organização particulares, que orientam seus gastos e o exercício da sua função pública. Se a Secretaria Municipal de Transportes planeja e opera eixos e fluxos, a Secretaria Municipal de Saúde estrutura seus serviços com base na distribuição de equipamentos de saúde e a abrangência territorial das equipes de saúde da família, por exemplo. Ainda, cada órgão setorial organiza a sua descentralização administrativa de modo autônomo, por meio de gerências, coordenadorias, departamentos ou divisões técnicas regionais, por exemplo. Essas diversas racionalidades incorporam justificativas técnicas, históricas e políticas. Contudo, uma articulação entre essas perspectivas demanda um esforço para institucionalização dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a histórica atuação das Subprefeituras do município, e o significado das estratégias de descentralização administrativa da Prefeitura de São Paulo, que incorporam capacidade de acompanhamento das transformações na cidade.

Desse modo, os Núcleos Regionais de Planejamento criados pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016 e coordenados pela Secretaria Municipal de Subprefeituras, são centrais ao debate e elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e instituem por meio de ações anuais e plurianuais os Planos Regionais das Subprefeituras elaborados com o horizonte de planejamento para 2029. Nesse contexto, os Núcleos Regionais de Planejamento representam a arena de articulação entre as pastas municipais, sendo essa articulação estabelecida a partir do espaço urbano e planejamento estatal de maneira descentralizada para a ação local. Desse modo, recomenda-se o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das respectivas Subprefeituras, como instância fundamental para a gestão da integração das ações setoriais no território, elaboração e implementação dos planos de ação local, e implantação dos objetivos e diretrizes dos Plano Regionais das Subprefeituras.

Além disso, a boa atuação do planejador demanda o acesso à informação organizada em sistemas inteligentes, ressaltando a pertinência da construção de um sistema e de um fluxo de informações no âmbito da administração pública direcionados ao

planejamento local. Ou seja, a implantação de um sistema, processos e procedimentos que construam um banco de dados de informações territorializadas na escala local, que subsidiem a articulação entre o espaço público e a implantação de políticas públicas por meio do planejamento local.

Durante o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, destacou-se a dificuldade quanto à disponibilização e territorialização das ações do Programa de Metas 2019-2020, visto que as informações por metas não estavam disponíveis em banco de dados comuns e não estavam vinculadas ao território. Por não haver essa base de dados estruturada e disponível, não foi possível ter acesso às ações territorializadas desenvolvidas localmente pelas secretarias no biênio 2017-2018, informação fundamental para o acompanhamento processual das diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras e subsequentes indicações para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras tendo em vista a continuidade dos ciclos de planejamento orientados pelo horizonte de planejamento para o ano de 2029, nos Planos Regionais das Subprefeituras de 2016 e no Plano Diretor Estratégico 2014.

Ressalta-se a importância do constante monitoramento destes planos pela administração pública, à exemplo do que ocorre na escala do PDE 2014. A necessidade dessa prática reforça a premissa de regularidade e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento, coordenados pelas pela Secretaria Municipal das Subprefeituras. Essa prática deve estar alinhada ao processo de monitoramento do Plano Diretor Estratégico, já em desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, secretaria responsável pela orientação, suporte técnico e suporte metodológico no desenvolvimento urbano e na articulação técnica dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados de informações territorializadas é central à dissolução de assimetrias entre agentes e para ampliação da eficiência na atividade de planejamento. É fundamental que a territorialização de informações seja compartilhada em banco de dados acessível aos agentes públicos que necessitam de informações relativas ao planejamento territorial. Um banco de dados territorializado é uma ferramenta estratégica para a atuação e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento tendo em vista sua responsabilidade em organizar as bases para a formulação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Planejamento urbano e planejamento orçamentário

A prática quadrienal de elaboração e revisão dos Planos de Ação das Subprefeituras não é desprovida de sentido. Visa o alinhamento processual entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, introduzindo a segunda vertente de considerações para o aperfeiçoamento desse processo.

Um importante debate relativo ao sistema municipal de planejamento urbano é o financiamento dos importantes investimentos em infraestruturas urbana, habitacional e ambiental, centrais para a estruturação urbana local, o que é possível deduzir a partir das demandas já incorporadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras, e também avaliadas pelas lições apreendidas no presente trabalho.

Os trabalhos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 se iniciaram no final de 2019, e são orientados em especial pelo Programa de Metas 2019-2020, instrumento este que também subsidia a formulação do planejamento orçamentário municipal. O ajuste temporal da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, de modo concomitante à elaboração do Programa de Metas 2021-2024, poderá contribuir para uma melhor articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, e refletir positivamente na estruturação das políticas públicas e ações setoriais integradas com reflexo importante no atendimento dos objetivos, diretrizes e metas de âmbito local.

Ambos, Plano de Ação das Subprefeituras 2021-2024 e Programa de Metas 2021-2024, podem informar a gestão orçamentária municipal, o Plano Plurianual 2022-2025, e as sucedâneas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Importante que o financiamento da estruturação urbana local esteja orientado por metas intersetoriais, como sugerem os Planos Regionais das Subprefeituras, metas articuladas também com atenção às especificidades levantadas pelo planejamento urbano.

Os Planos de Ação das Subprefeituras, o Programa de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual são peças de planejamento da administração pública dotadas de processos participativos próprios, atendendo aos preceitos de uma gestão democrática. Esses processos podem estar articulados por eventos comuns para promover a integração dos Planos de Ação das Subprefeituras, Programa de Metas e leis orçamentárias, e de modo a fortalecer a participação da sociedade civil organizada. Isso implica na necessidade de uma articulação prévia

entre secretarias, desde órgãos responsáveis pelas finanças públicas e os órgãos setoriais específicos.

Uma outra articulação possível é entre os diferentes fundos municipais, que possuem finalidades específicas, mas que podem atuar conjuntamente sobre um único território ou com vistas à implementação das diretrizes dos Perímetros de Ação priorizados nos Planos de Ação das Subprefeituras. Neste caso, há ainda a destacar os conselhos participativos associados a cada fundo municipal como, por exemplo, o Fundo Municipal de Habitação que é associado ao Conselho Municipal de Habitação.

A publicização de balanços administrativos e fiscais, que analisem quanti e qualitativa e periodicamente à implementação do Programa de Metas e dos gastos públicos, contribuiria para o maior acompanhamento da integração das políticas setoriais, da sua aderência ao território e no dimensionamento das dificuldades a serem superadas durante os próximos ciclos de planejamento. Este seria ainda um importante subsídio para fortalecer a atuação da representação da sociedade civil nos espaços de controle social.

Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada

Neste item destaca-se a relevância conferida aos Conselhos Participativos Municipais (CPM) pelos processos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. As atribuições dos Conselhos Participativos Municipais guardam afinidade com as propostas dos Planos Regionais e respectivos Planos de Ação das Subprefeituras. Dentre outros, esses conselhos devem articular os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, desenvolver ação integrada e complementar às áreas temáticas de conselhos e o controle social do poder público, fiscalizar e monitorar no território a execução orçamentária municipal. Neste sentido, os Conselhos Participativos Municipais de fato são instâncias pertinentes à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A consolidação dos conselhos participativos municipais fortalece o próprio sistema de planejamento urbano municipal. Os conselheiros contribuem notoriamente para um debate qualificado sobre o espaço urbano e suas condições, trazendo maior aderência à percepção dos problemas a partir da sua vivência no território, trazendo um elemento enriquecedor para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações delas derivadas, e uma orientação mais precisa para priorizar os gastos públicos a partir do planejamento urbano local.

O esforço de consulta à sociedade civil deve colher as informações necessárias à atuação estatal, assim como, contribuir para a formação cívica sobre a administração municipal. Um melhor êxito nessa articulação de objetivos poderá estar associado a uma maior interação da SMDU com os CPMs, aliás solicitada por muitos conselhos, e também com a disponibilização prévia de mapas, tabelas e textos aos conselhos participativos e nos portais eletrônicos da municipalidade; etapas preparatórias de formação teórica sobre o Plano Diretor e os Planos Regionais, possível a partir de apresentação de *slides*, e dinâmicas ativas de participação, em mesas e oficinas de debate horizontal, com o uso da cartografia; devolutivas em formato interativo, com ampliação das oportunidades para esclarecimentos, estabelecimento de compromissos e considerações finais.

Em específico sobre as reuniões devolutivas, retoma-se os desafios apresentados para o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, em especial a maior articulação entre as pastas municipais. As propostas colhidas junto à sociedade civil devem ser verificadas junto aos setoriais municipais competentes. Atentar ao correto

encaminhamento das propostas da sociedade, no âmbito da administração pública, é premissa importante para o bom desempenho do processo participativo.

A territorialização das propostas da sociedade civil por Perímetros de Ação se mostrou um processo de fundamental importância para focalizar a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras nas especificidades e integração de ações setoriais e deverá compor esforço de elaboração de futuras reuniões devolutivas à sociedade civil.

Por fim, sobre a participação da sociedade civil organizada, é pertinente um estudo sobre a garantia das condições econômicas, de suporte e políticas necessárias à boa organização desses conselhos, que passa pelo fortalecimento da representatividade democrática.

Para além das considerações aqui apresentadas e organizadas por eixos temáticos, destacamos que os desafios e potenciais listados acima não devem ser entendidos de modo estanque. Avançar de modo sistêmico, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo socialmente, é uma recomendação à prática e operação do sistema municipal de planejamento urbano em São Paulo, em especial em relação ao planejamento local.

1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA

Esta seção apresenta uma breve caracterização do território da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha a caracterização e as diretrizes³ de cada Perímetro de Ação, extraídas do “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras - Perímetros de Ação Casa Verde*”, publicado em dezembro de 2016.

1.1. Plano Regional da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha⁴

A Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha possui três distritos: Casa Verde, Limão e Cachoeirinha e localiza-se na parte central da região norte do município de São Paulo, entre as Subprefeituras da Freguesia do Ó/Brasilândia e Santana/Tucuruvi⁵. A extensão do território da subprefeitura é de 26,7 km² e apresenta topografia caracterizada por altas declividades, quanto mais próximas da Serra da Cantareira, e plana, na várzea do Rio Tietê. Divide-se em duas sub-bacias, Córrego Mandaqui e Cabuçu de Baixo, a sub-bacia do Rio Cabuçu de Baixo apresenta muitos córregos ainda não canalizados. O Córrego do Bispo, localizado ao sul do Parque Estadual da Cantareira, apresenta praticamente toda sua extensão ocupada com favelas e habitações precárias em loteamentos irregulares, assentados em área de altas declividades, de difícil acessibilidade, com inúmeras vielas e passagens de servidão entre vias paralelas com longa extensão, sem transversais, pavimentação e rede de esgoto. Outros córregos, embora ainda não ocupados por favelas, apresentam, do processo de parcelamento do solo, várzeas abandonadas no fundo de lotes edificadas, com construções precárias que lançam esgoto não tratado nos cursos d'água. Há importantes avenidas que cruzam o território da subprefeitura, fazem a ligação com a Marginal Tietê e quatro pontes que cruzam o Rio Tietê.

A subprefeitura possuía segundo o recenseamento de 2010 população de 309.376 habitantes, apresentando pouca variação desde 1980. A densidade demográfica

³ A caracterização e diretrizes dos perímetros de ação foram retiradas integralmente do “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação – Casa Verde*”, dez. 2016. In: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PA-CV.pdf>

⁴ Fonte: PMSP. Datasub – Cadernos das Subprefeituras – material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras – Casa Verde 2016.

⁵Esse texto utilizou informações retiradas do “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Quadro Analítico – Casa Verde*”. Dez. 2016. In: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/QA-CV.pdf>

líquida da subprefeitura é alta, 178,3 hab/ha, superior à do município (102 hab/ha) com as áreas mais densas concentrando-se em locais de maior vulnerabilidade social, como na parte norte do distrito da Cachoeirinha que apresenta muitas favelas e conjuntos habitacionais e na divisa entre os distritos do Limão e Casa Verde.

A Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha está localizada em duas macrozonas pelo Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/14): Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental que compreende a porção norte do território e Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, que corresponde ao restante do território. O zoneamento municipal condicionou 23,7% das áreas da subprefeitura como de preservação (sendo que 16,1% ao norte são áreas onde se pretende conter a expansão urbana sobre a Serra da Cantareira) e 65,8% como de qualificação, sendo 10% destinada à ZEIS, 13% para zonas de centralidade e corredores e 40% para zonas mistas.

O Plano Regional da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha apresenta os desafios de ampliar a oferta habitacional respeitando as reservas naturais ainda existentes, evitando ocupação de terrenos com acentuado declive e margens de córregos, garantindo a preservação de áreas vegetadas ainda presentes; promover a qualificação das áreas identificadas como de alta vulnerabilidade social através do aumento da oferta de equipamentos e construção de moradias em áreas dotadas de infraestrutura; Melhorar a mobilidade da região viabilizando projetos de sistema viário e transporte já desenvolvidos para a região e Incentivar a criação de postos de trabalho visando ampliar a oferta de empregos e o desenvolvimento econômico da subprefeitura,

Segundo o Quadro Analítico do Plano Regional a Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha apresenta as seguintes diretrizes gerais:

- *Atendimento às diferentes necessidades habitacionais para a população em vulnerabilidade social e em situação de risco;*
- *Promoção da urbanização e regularização fundiária dos assentamentos urbanos precários, dotando-os de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana;*
- *Contenção do avanço da expansão urbana em direção à Serra da Cantareira para a preservação do cinturão verde de Mata Atlântica ainda existente na Zona Norte do Município, por meio de fiscalização e monitoramento das ocupações irregulares;*
- *Promoção do saneamento ambiental da região com ações que objetivam o acesso universal ao saneamento básico, a recuperação e conservação dos recursos ambientais, a recuperação ambiental dos cursos d'água, solução dos problemas de macro e micro drenagem, a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;*
- *Recuperação e proteção do patrimônio ambiental com a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e áreas ainda vegetadas, revitalização de nascentes, cachoeiras e cursos d'água, implantação dos parques previstos no PDE, proposição de novos parques lineares junto aos cursos d'água e implantação de caminhos verdes;*
- *Melhoria na ligação leste – oeste, inclusive com a abertura das avenidas previstas no Arco Tietê;*

- *Elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores e estímulo à criação de novas escolas profissionalizantes;*
- *Incentivo à diversificação e instalação de novas atividades produtivas e a geração de empregos;*
- *Reavaliação e ampliação da oferta de equipamentos e serviços públicos;*
- *Requalificação urbanística das calçadas nas vias comerciais e de acesso ao transporte público.*

O Plano Regional da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha apresenta 14 Perímetros de Ação que podem ser observados no **Mapa 1** e **Anexo 3**, listados a seguir⁶:

ID 167 | CABUÇU DE BAIXO 12

ID 168 | CONEXÃO AV. INAJAR - HORTO FLORESTAL

ID 171 | CACHOEIRA DOS ANTUNES

ID 174 | SÃO GONÇALO DO ABAETÉ E PISCINÃO DO GUARAÚ

ID 177 | Córrego Água Preta

ID 180 | CENTRALIDADE COMERCIAL DA CACHOEIRINHA

ID 183 | CEMITÉRIO DA CACHOEIRINHA, ENVOLTÓRIA E BOI MALHADO

ID 185 | Córrego Tabatinguera

ID 190 | RUA ZILDA

ID 192 | AVENIDA CAETANO ÁLVARES

ID 195 | PARQUE NIASI CHOFI

ID 197 | APOIO NORTE

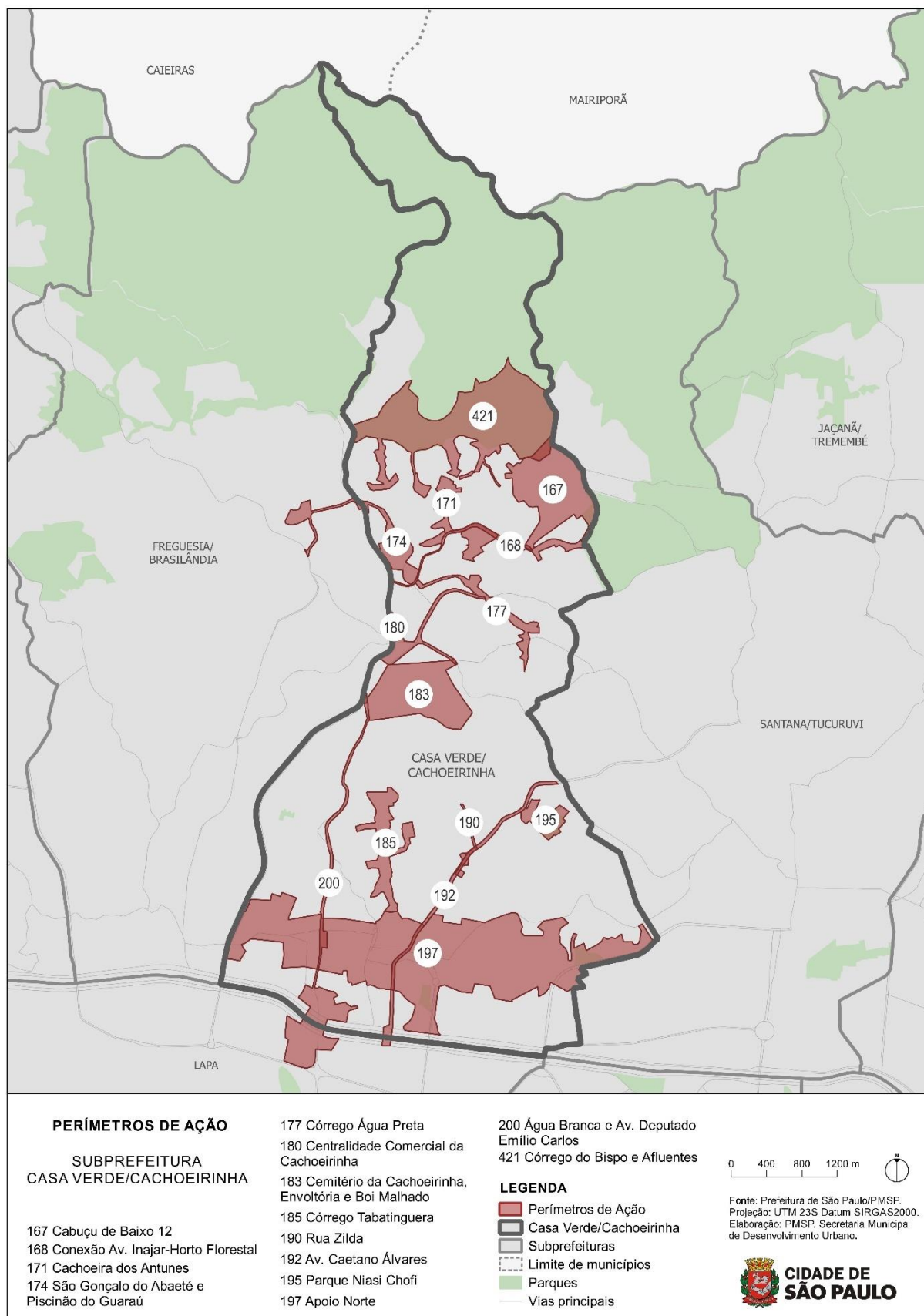
ID 200 | ÁGUA BRANCA E AVENIDA DEPUTADO EMÍLIO CARLOS

ID 421 | Córrego do Bispo e afluentes

Destes perímetros de ação, dois extrapolam o território da subprefeitura, o perímetro ID 174 | SÃO GONÇALO DO ABAETÉ E PISCINÃO DO GUARAÚ abrange também a subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia e o perímetro ID 200 | ÁGUA BRANCA E AVENIDA DEPUTADO EMÍLIO CARLOS que atravessa a Marginal Tietê e abrange área da subprefeitura Lapa. Também é possível destacar os perímetros ID 168 | CONEXÃO AV. INAJAR - HORTO FLORESTAL, ID 190 | RUA ZILDA e ID 192 | AVENIDA CAETANO ÁLVARES que abrangem importantes eixos da subprefeitura e possuem diretrizes para a qualificação dessas áreas.

⁶ O **Mapa 1** é apresentado no **Anexo 3** em formato A3.

Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação (PAs)

ID 167 | CABUÇU DE BAIXO 12

Caracterização

Bacia do Córrego Guaraú até a confluência com o córrego Índio Peri, em terreno muito acidentado e com altas declividades. Parte do conjunto encontra-se demarcada como área de risco R1 a R3 de escorregamento e R1 a R4 de solapamento. Parte do perímetro encontra-se fora da área de risco, porém com alta precariedade e adensamento. Presença das favelas (segundo denominação da SEHAB): Jardim Antártica (450 domicílios), Condessa Amália Matarazzo (250 domicílios), Francisco Machado da Silva (98 domicílios), Eucaliptus (1000 domicílios), Índio Peri (344 domicílios) e São José Bruna Galé (317 domicílios).

Carência de equipamentos públicos apontados pela população, como área de lazer e cultura, UBS, Centro de Referência à Mulher e ao Idoso, Serviço de acolhimento à população em situação de rua, Bom Prato, Centro de Reabilitação Fisioterápico e CEU.

Dentre os equipamentos públicos existentes na região, destacam-se os descritos a seguir e apontados pela população: Escola Estadual Rita Bicudo, Creche na Rua Índio Peri, CCA próximo à igreja da Rua Índio Peri, Escola Municipal na Travessa da R. Índio Peri e Campo do Guarani (sofre com ocupação, segundo dados da população). No perímetro encontra-se uma série de equipamentos comunitários, tais como: Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida (CCNSA), Centro para Juventude (CJEucaliptus), Centro de Assistência à Criança e Adolescente CCA Paisagem na Janela, Centro de Assistência à Família, Núcleo de Convivência para Idosos (NCI).

Presença de horta comunitária (Projeto “Mãos à Horta - Jardim Flamingo”) em uma área de aproximadamente oito mil m², localizada na Estrada Santa Inês, no bairro da Pedra Branca. Projeto implantado pela Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social da Subprefeitura Casa Verde-Cachoeirinha em parceria com a SVMA, Sabesp, Faculdade Cantareira e a ONG Associação Beneficente Edificando Vidas (ABEV).

Diretrizes

- Qualificação e fortalecimento dos eixos de centralidade comercial da Rua Condessa Amália Matarazzo e da Av. Mariana Caligori Ronchetti. Qualificação urbanística do eixo, contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das

calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea (quando possível); melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano; sinalização visual; e implantação contígua de equipamentos públicos como elementos catalizadores do comércio e serviços privados, segundo diretrizes do PDE;

- Apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres, de acordo com a Lei Municipal Nº 16.212 de 10 junho de 2015 e com o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP);

- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, mobiliário urbano, acessibilidade universal, arborização e sinalização. Destaque para demanda levantada pela população por continuidade da calçada na Av. Francisco Machado da Silva, próximo ao número 1410. Necessidade de urbanização e pavimentação com regularização fundiária na Rua Condessa Amália Matarazzo. Necessárias melhorias de pavimentação, calçada, iluminação, sinalização, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras) e implantação de lombada: na Rua Letícia Cini, com regularização fundiária da comunidade de mesmo nome; na confluência entre a Rua Condessa Amália Matarazzo e Avenida Francisco Machado, nas Ruas Palmas de São Moisés e Maria Maria; na Avenida Francisco Machado da Silva e na Praça da Paz, onde já ocorreram muitos acidentes. Revitalização das escadarias localizadas na Rua Forte de São Caetano, ao lado do número 92 e entre os números 212 e 226, contemplado colocação de corrimão e melhoria de iluminação pública. Revitalização da Viela Palmas de São Moisés, com acesso a Rua Antônio França e Horta;

- Implantação de áreas de permanência e lazer nas margens do Córrego do Guaraú, segundo pedidos da população. Garantia de manutenção e revitalização dos Campos do Guarani e da Rua Forte de São Caetano (incorporando praça), com implantação de ATI, Playground, mobiliário urbano e urbanização do entorno. Considerar proposta de Parque Linear ao lado da Avenida das Magnólias, constante do Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Cabuçu de Baixo, desenvolvido pela SIURB;

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos, Requalificação paisagística do Córrego Guaraú e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de limpeza, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Requalificação paisagística do Córrego Guaraú, priorizando a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica,

promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego Guaraú. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Considerar os impactos da Estação de Tratamento de Água (ETA Guaraú) e da implantação do trecho norte do Rodoanel;

- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Melhorias de pavimentação na Av. Peri Ronchetti, Av. Lagoa Santa, Ruas Antonio França e Bruna Galleia. Verificar possibilidade de aplicação de sentido único de tráfego na Rua Forte de São Caetano, devido ao grande fluxo de veículos apontado pela população. Sugestão da SPTrans de possível binário entre as Ruas Índio Peri e Peri Ronchetti, para solucionar trânsito na Rua Peri Ronchetti apontado pela população (mão dupla com muito comércio e estacionamento, principalmente em frente à igreja do Largo do Perl) e na Rua Índio Peri confluência com a Rua General Isidoro Dias Lopes. Necessário levar em consideração feira que acontece às quartas na Av. Mariana Caliglieri Ronchetti;

- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego do Guaraú, promovendo urbanização e pavimentação, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento, escorregamento e alagamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento e solapamento;

- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para necessidade de implantação de área de lazer e cultura, com equipamentos; UBS; Centro de Referência à Mulher e ao Idoso; Serviço de acolhimento à população em situação de rua; Bom Prato; Centro de Reabilitação Fisioterápico e CEU, segundo

população. Relocar os equipamentos sociais e de cultura que deverão ser removidos por estarem implantados em cima da adutora da SABESP.

ID 168 | CONEXÃO AV. INAJAR - HORTO FLORESTAL

Caracterização

O perímetro contempla população em área de risco R1 e R2 de solapamento, nas proximidades do Horto Florestal. Região apresenta pontos de alagamento, principalmente entre as Ruas Índio Peri, Elsa Guimarães e Sapienza.

O Córrego do Índio Peri, cuja nascente encontra-se dentro do Horto Florestal, apresenta problemas de saneamento, drenagem e acesso no trecho entre as Ruas General Isidoro Lopes e Koshun Takara. O trecho do córrego Guaraú compreendido no perímetro corre em canalização aberta no canteiro central da Rua Koshun Takara.

Perímetro apresenta problemas de acessibilidade e mobilidade, incluindo: falta de conectividade viária, com presença de grande número de ruas sem saída nas proximidades do córrego do Índio Peri; carência de travessias de pedestres sobre o córrego Guaraú; e intenso fluxo de veículos na Avenida Peri Ronchetti e Rua Índio Peri. Em 2016 foram implantadas ciclovias nas ruas Afonso Lopes Vieira e Koshun Takara, conectando o Largo do Peri à ciclovia da Avenida Inajar de Souza. A rua Koshun Takara recebe, aos domingos, o programa “Rua Aberta”, entre as ruas Augusto Gil e Jorn. Octavio Ribeiro Pena Branca.

Diretrizes

- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, passarelas sobre os córregos, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, sinalização e arborização. Implantação de áreas verdes de uso público e conexão das áreas verdes existentes e propostas. Avaliar viabilidade de criação de parque linear ao longo do Córrego do Índio Peri, com acesso facilitado, passeio público, iluminação adequada e ciclovia, conectando os equipamentos de lazer presentes no Horto Florestal às ciclovias das ruas Koshun Takara e Afonso Lopes e Avenida Inajar de Souza. Melhorar a arborização das vias no perímetro, principalmente nas Ruas Afonso Lopes Vieira e Koshun Takara e na Avenida Jerônimo de Andrade;
- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de limpeza, arborização e consolidação geotécnica. Requalificação paisagística do Córrego do Índio Peri,

priorizando a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos; • Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente entre as Ruas Índio Peri, Elsa Guimarães e Sapienza. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);

- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Conectar o viário descontínuo composto pela Travessa José Prates, R. Rocha Leão, R. Antonio Dias da Silva, R. Ponta da Areia, Travessa Francisco Gonzales Rebolo e Travessa Aiala, ampliando os acessos ao Córrego do Índio Peri, sua visibilidade e segurança. Destaque para demanda levantada pela população por melhorias principalmente no Largo do Peri e entorno; confluência entre as Rua Caborés do Sol e Maria Antonia Martins; e na Rua Índio Peri. Necessário levar em consideração feira que ocorre às quartas no Largo do Peri. Estudar possibilidade de binário entre a Av. Peri Ronchetti e Rua Índio Peri. Alteração de geometria de entroncamento entre Santa Inês e Peri Ronchetti e entre Santa Inês e Condessa Amália Matarazzo - necessidade apontada pela CET e endossada pela Sptrans;

- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego do Índio Peri, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de solapamento. Considerar terreno público indicado pela população para provisão habitacional, próximo à confluência entre as Ruas Afonso Lopes Vieira e Rodolfo Mayer.

ID 171 | CACHOEIRA DOS ANTUNES

Caracterização

Córrego da Cachoeira dos Antunes apresenta trecho tamponado (entre a nascente e a R. Doutor Araújo Castro) e aberto, com pontos de alagamento e pontos viciados. Perímetro carece de ecopontos.

Parte da ocupação encontra-se em Área de Risco R2 a R4 de escorregamento, entre as ruas Alto Sucuriú, Piedade do Paraopeba, Avenida Masao Watanabe, Rua Cachoeira dos Antunes e Doutor Araújo Castro. O perímetro incorpora terreno demarcado como Área de Risco de escorregamento R2, entre as ruas Correia Pacheco e Dr. Araújo Castro.

Estão inseridas no perímetro as favelas (segundo denominação da SEHAB): Peri Novo II (350 domicílios), Peri Novo I (500 domicílios) e Peri Alto II (350 domicílios).

Área com alta vulnerabilidade social, carente de equipamentos de cultura, assistência social e esporte, segundo moradores.

Equipamentos públicos existentes no perímetro apontados pela população: EMEI Rosa e Carolina Agazzi; CEI Jardim Peri e EMEF Oswaldo Quirino. Destaque para os equipamentos fora do perímetro porém muito utilizados pela população: posto de saúde da Vila Dionísia; Escola Estadual Professora Elza Saraiva Monteiro; e EE Professor Alfredo Gomes.

Diretrizes

- Qualificar e fortalecer o eixo de centralidade comercial da Avenida Massao Watanabe. Qualificação urbanística do eixo, contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea (quando possível); melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano; sinalização visual; e implantação contígua de equipamentos públicos como elementos catalizadores do comércio e serviços privados, segundo diretrizes do PDE;
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, passarelas sobre os córregos, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, arborização e sinalização. Destaque para o entorno do Córrego da Cachoeira dos Antunes e terreno nos fundos da Escola Oswaldo Quirino, onde havia um campo de futebol (Campo Tiradentes). Adoção de conceitos de traffic calming para conectar as escolas existentes na região aos núcleos habitacionais e caminhos verdes propostos. Promover melhorias de iluminação e pintura de quadra na Praça entre a Rua Doutor Araújo Castro e a Avenida Massao Watanabe, que passou recentemente por reforma;

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de consolidação geotécnica, limpeza, iluminação, acessibilidade, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Requalificação paisagística do Córrego da Cachoeira dos Antunes, priorizando a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;
- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego da Cachoeira dos Antunes. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Destaque para os pontos viciados identificados no perímetro: na Praça entre a Rua Doutor Araújo Castro e a Avenida Massao Watanabe e próximo ao Córrego da Cachoeira dos Antunes, na Rua Doutor Araújo Castro;
- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público, principalmente nas vielas de acesso à Avenida Afonso Lopes Vieira e Massao Watanabe. Melhoramento viários propostos pela CET para o perímetro: Regularização da R. Cachoeira dos Antunes, desocupar calçadas (remoção de moradias), melhorando a acessibilidade local e circulação de pedestres; e interligação da Rua Doutor Araújo de Castro;
- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego da Cachoeira dos Antunes, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de escorregamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento;
- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos.

Caracterização

Compreende a Praça Sete Jovens, que possui características de pequeno parque, próxima da EMEF José Hermínio Rodrigues, da EMEI Caio Gracco da Silva Prado, da creche Jardim Tereza e de outra escola na Rua Augusto César Sandino. A praça é cortada pelo córrego ID 340, canalizado com gabião em alguns trechos (obra de 2013) e com uma ocupação por assentamentos precários e próxima ao final da rua Augusto César Sandino. Bastante arborizada, a praça apresenta mobiliário urbano, ciclovia, pista de skate, playground, ATI, quadras e um posto do SAMU.

A Rua São Gonçalo do Abaeté é bem atendida por linhas de ônibus e apresenta comércio local diversificado em grande parte de sua extensão, que se enfraquece somente ao chegar na rua Pedro Pomar. Há também a presença de comércio ambulante e feira em ruas próximas.

Exibe pontos viciados de resíduos sólidos que necessitam de coleta frequente, uma vez que a área abriga relevância comercial.

O reservatório de detenção (piscinão) é alimentado por dois córregos: ao norte pelo ID2154 e a sudeste pelo Guaraú, que deságua no Córrego Cabuçu de Baixo, canalizado na Avenida Inajar de Souza. Possui 5 acessos: 3 ao longo da Avenida General Penha Brasil, sendo o principal ao lado da Escola Estadual Raquel de Assis Barreiro (por onde acessam os caminhões que realizam a manutenção do reservatório); um na Rua Lagoinha do Oeste; e um na Avenida Inajar de Souza, onde existe um assentamento precário (favela Cabuçu II), demarcada como ZEIS 1. A área norte do piscinão, lindeira ao fundo dos lotes da Rua Lagoinha do Leste, apresenta resquícios de equipamentos esportivos implantados e atualmente desativados, dentre eles quadra poliesportiva, campo de futebol e ciclovia. Entorno com alta vulnerabilidade social e carente de equipamentos de lazer.

Perímetro incorpora terrenos na confluência entre a Rua Afonso Lopes Vieira e a Avenida General Penha Brasil, até a Rua Canguira, parte grafada como ZEIS 2.

Diretrizes

- Qualificar e fortalecer o eixo de centralidade comercial da Rua São Gonçalo do Abaeté. Qualificação urbanística do eixo, contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea (quando possível); melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano (em especial banheiros públicos e lixeiras),

implantação de medidas para melhorar a circulação de veículos e estacionamento e sinalização visual, segundo diretrizes do PDE. Implantação contígua de equipamentos públicos como elementos catalizadores do comércio e serviços privados, próximo ao reservatório de detenção (piscinão) do Córrego Guaraú, que seja um polo de atração, e criação de um caminho que garanta essa conexão entre as subprefeituras de Freguesia do Ó e Casa Verde;

- Ampliação das áreas verdes e livres, combinadas à implantação de equipamentos públicos integrados ao piscinão, com acesso garantido às ruas do entorno. Promover melhorias nos passeios públicos e implantar mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, arborização e sinalização, qualificando a conexão entre a Praça da Rua Pedro Pomar e área verde do reservatório de detenção (piscinão) do Córrego Guaraú;
- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de consolidação geotécnica, limpeza, iluminação, acessibilidade, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Requalificação paisagística do reservatório de detenção (piscinão) do Córrego Guaraú, priorizando a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;
- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem Municipal. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Estímulo ao desenvolvimento de novo eixo leste-oeste, melhorando a comunicação entre as subprefeituras de Freguesia do Ó e Casa Verde. Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público, principalmente ao longo da Rua São Gonçalo do Abaeté e da Avenida General Penha Brasil;
- Solucionar as questões habitacionais, especialmente no entorno do reservatório de detenção (piscinão) do Córrego Guaraú, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia;

- Integrar equipamentos propostos aos existentes. Destaque para os equipamentos existentes: EMEF José Hermínio Rodrigues, EMEI Caio Graco Da Silva Prado e CEI Jardim Santa Tereza, implantados na Praça Rua Pedro Pomar; e Escola Estadual Raquel de Assis Barreiros, implantada próximo ao “piscinão”. Considerar terreno localizado entre as avenidas Afonso Lopes Vieira e General Penha Brasil, indicado pela população para implantação de CEU, equipamento de saúde e/ou provisão habitacional.

ID 177 | CÓRREGO ÁGUA PRETA

Caracterização

O córrego da Água Preta apresenta trecho com margens ocupadas por moradias muito próximas ao curso d'água, em local de grande declividade, entre as ruas Oliveira Martins e Odassi Nazzali. Parte do conjunto se encontra demarcada como área de risco R3 de escorregamento e solapamento. Compreende área das favelas (segundo denominação da SEHAB): Oliveira Martins (120 domicílios) e Odassi Nazzali (400 domicílios), regularizada em 2011, porém não recebeu projetos de melhoria.

Área apresenta falta de saneamento básico, drenagem precária (ao longo do córrego) e pontos viciados (principalmente próximo à nascente).

Carência de equipamentos públicos destacada pela população, dentre eles: CEU, CEO (Centro de Especialidade Odontológica), Centro de Habilitação e Reabilitação e Telecentro. Destaque para os equipamentos existentes na região, apontados pela população: Fábrica de Cultura Vila Nova Cachoeirinha, duas EMEFs (Osvaldo Quirino Simões e Tenente Aviador Frederico G. Santos), duas UBSs (Vila Dionísia I e Vila Dionísia II), AMA Jardim Peri, Centro cultural e CEI Antônio Correia (segundo a população existe um total de seis CEIs na região).

Diretrizes

- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, passarelas sobre o córrego, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, arborização e sinalização. Implantação de praça com equipamentos no entorno da nascente do córrego, conectando através de caminho verde à Praça Antônia Maturano Lago (apresenta carência de equipamentos, playground e academia do idoso), garantindo reforma da quadra, estabilidade do terreno e preservação da área verde local, segundo comentários da população. Criação de caminho verde com equipamentos, passeio de pedestres e ciclovia ao

longo de todo o Córrego da Água Preta, conectando ao caminho verde proposto e à ciclovia da Rua Afonso Lopes Vieira. Promover interligação com a CEI Antônio Correia;

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito do Córrego da Água Preta e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de consolidação geotécnica, limpeza, iluminação, acessibilidade, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Requalificação paisagística do córrego, garantindo desobstrução das margens (do trecho da Rua Nicolau Tolentino de Almeida até a Av. Parada Pinto), priorizando a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Considerar proposta de Reservatório de Águas Pluviais próximo à nascente do Córrego da Água Preta, constante do Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Cabuçu de Baixo, desenvolvido pela SIURB, a ser implantado preferencialmente sob área de lazer. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do córrego da Água Preta. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Destaque para pontos viciado identificado próximo à nascente do Córrego da Água Preta;

- Adequação viária, pavimentação, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Promover ligação entre a Rua Oliveira Martins e a Av. Parada Pinto, próximo à Rua Água Preta, com reforço estrutural da ponte. Finalizar obra da Avenida Prof. Oscar Augusto Guelli;

- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego da Água Preta, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de escorregamento e solapamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima,

prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento e solapamento. Considerar terreno para provisão habitacional sugerido pela população entre a Av. Parada Pinto e Rua Vereador Pedro Brasil Bandecchi;

- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para os equipamentos existentes: EMEF Oswaldo Quirino Simões, EE Alfredo Gomes, UBS Vila Dionísia, UBS Vila Dionísia II e CAPS Infantil. Atender à demanda por: CEU, CEO (Centro de Especialidade Odontológica), Centro de Habilitação e Reabilitação e Telecentro, segundo pedido da população.

ID 180 | CENTRALIDADE COMERCIAL DA CACHOEIRINHA

Caracterização

Área de intenso comércio e circulação de pedestres onde estão presentes dois importantes equipamentos, o Terminal de ônibus da Vila Nova Cachoeirinha e o Centro Cultural da Juventude (CCJ).

Diretrizes

- Qualificação e fortalecimento da centralidade comercial histórica representada pelo Largo do Japonês e entorno, conectando os equipamentos relevantes, com destaque para o Terminal da Vila Nova Cachoeirinha e Centro Cultural da Juventude. Qualificação urbanística contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; Acessibilidade; Enterramento da fiação aérea, quando possível; Melhoria da iluminação pública, principalmente no entorno do Centro Cultural da Juventude (CCJ); Implantação de mobiliário urbano, em especial banheiros públicos, parklets e lixeiras; implantação de medidas para melhorar a circulação de veículos e estacionamento; e sinalização visual, segundo diretrizes do PDE;

- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Alargamento e implantação de corredor de ônibus nas avenidas Imirim e Parada Pinto, segundo PlanMob. Considerar alargamento, eliminação de estacionamento em via e implantação de ciclovia em toda a extensão da Avenida Imirim, com planejamento integrado às Subprefeituras de Freguesia do Ó, Casa Verde e Santana, segundo demanda levantada pela população. Necessidade de estudo de circulação viária para o entroncamento entre as Avenidas Imirim e Caetano Álvares, onde foi apontada alta incidência de acidentes de trânsito. Necessário rever acesso ao Largo do japonês.

Propor solução de mobilidade para a confluência entre Avenidas Deputado Emílio Carlos, Itaberaba, Inajar de Souza e Imirim;

- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para demanda por: UBS, centro cultural, projetos sociais, ecoponto, espaços livres e CRM (Centro de Referência da Mulher), segundo pedido da população. Implantação de CDC na Rua Felix Alves Pereira, em terreno da municipalidade.

ID 183 | CEMITÉRIO DA CACHOEIRINHA, ENVOLTÓRIA E BOI MALHADO

Caracterização

Perímetro composto pelo Cemitério da Vila Nova Cachoeirinha, áreas verdes, Hospital Municipal Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva, Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha e área de posse da COHAB denominada Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Penha, ou Boi Malhado (nome popular). Compreende área da favela Mendonça Júnior, com 602 domicílios, segundo dados da SEHAB, onde se encontra ponto viciado de descarte de lixo orgânico e entulho. Presença de ocupações em terreno próximo ao Hospital Geral e nas escolas municipais desativadas EMEI Vicente Paulo da Silva e EMEF Clóvis Graciano.

Carência de equipamentos públicos destacada pela população, dentre eles: CEU, EMEF, EE, CEIs, CCM (Centro de Cidadania para Mulher), Centro de Zoonoses (com castração e adoção) e Ecoponto. Destaque para os equipamentos existentes na região: UBS Vila Espanhola, CEI Diretor Guilherme Henrique Pinto Coelho, EE Tito Prates da Fonseca, SUVIS Casa Verde/ Cachoeirinha e a sede da Subprefeitura da Freguesia-Brasilândia.

Diretrizes

- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, ciclovias, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, arborização e sinalização. Destaque para demanda levantada pela população por: melhoria da travessia e circulação de pessoas na confluência das Ruas João dos Santos Abreu e Deputado Emílio Carlos; compatibilização das rampas de acesso às garagens às normas vigentes; melhoria de iluminação nas ruas transversais à Avenida Imirim e Rua Mendonça Júnior; e melhoria da mobilidade de pedestres na Rua Joaquim Afonso de Sousa, entre as Ruas Mendonça Junior e Agop Kerimian;

- Implantação de áreas de permanência e lazer contornando o Cemitério da Cachoeirinha, conectando as áreas verdes e equipamentos públicos existentes e propostos, com implementação de ações que promovam a segurança do espaço público; Avaliar possibilidade de implantação de equipamentos de esporte e lazer, como academias ao ar livre, brinquedos, pista de cooper, ciclovia, pista de skate, palco para show, quadras poliesportivas, estacionamento, iluminação e mobiliário urbano, com garantia de permanência da vegetação local, segundo demanda apontada pela população. Avaliar possibilidade de implantar praça e/ou equipamento público em terreno na Avenida João dos Santos Abreu, próximo à esquina com a Rua Joaquim Afonso de Souza;
- Promover a descontaminação do terreno, juntamente com a CETESB, e indicar uso compatível (espaço de lazer ou habitação), evitando novas ocupações e preservando a vegetação local. Garantir o uso transitório até a completa descontaminação do local;
- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Promover coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Melhoria da mobilidade de veículos na Rua Joaquim Afonso de Sousa, entre as Ruas Mendonça Junior e Agop Kerimian. Avaliar proposta de conexão viária entre as Ruas João dos Santos Abreu e Mendonça Júnior, tangente ao Cemitério, para diminuir o percurso até a Escola Tito Prates;
- Solucionar as questões habitacionais, especialmente na área contaminada, promovendo urbanização, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a descontaminação do terreno. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima;
- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos. Melhorias no Cemitério da Cachoeirinha, contemplando reforma de banheiros e implantação de iluminação adequada no cemitério e em seu entorno. Avaliar demanda por CEU, EMEF, EE, CEIs, CCM (Centro de Cidadania para Mulher), Centro de Zoonoses (com castração e adoção, junto ao prédio da SUVIS Casa Verde/ Cachoeirinha) e Ecoponto apontada pela população. Promover melhorias no Cemitério da Cachoeirinha (superlotação e chorume indicados pela população) e na quadra da Praça Eng. Guilherme Henrique P.

Coelho. Estudar viabilidade de implantar CDC em campo de futebol existente na Rua Santa Rosa do Sul.

ID 185 | Córrego Tabatinguera

Caracterização

Perímetro com população em vulnerabilidade social e em área de risco R2 a R4 de solapamento. Compreende área das favelas, segundo dados da SEHAB: Beira Mar (219 domicílios), Dario Ribeiro (ou dos Tubos - 192 domicílios), Caixa D'água (178 domicílios) e Agreste (levantada pela população).

Região carece de saneamento básico e apresenta pontos de alagamento, principalmente ao longo do Córrego Tabatinguera e na Praça Canaã, segundo apontado pelos moradores.

Demanda por equipamentos públicos apontada pela população, dentre eles: espaço para atividades culturais e atividades para crianças, jovens, adultos, CCA e CCJ, Centro de Referência do Idoso, AME (Ambulatório de Especialidades - preferencialmente integrado à UBS Santa Maria), CDC (no atual Campo da Vila Prado) e Centro de Cidadania da Mulher (CCM). O perímetro incorpora os equipamentos públicos: EMEF Professor Aroldo de Azevedo, Biblioteca Pública Menotti del Picchia, CEI Vila Prado, Telecentro Anjos da Paz, EMEI 7 de Setembro, Ecoponto Santa Maria e Praça Adriano Ribeiro Cardoso.

Diretrizes

- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, ciclovias, arborização e sinalização. Necessidade de placas de sinalização que indiquem a Biblioteca na Avenida Deputado Emílio Carlos e as Escolas Municipais e Estaduais, segundo pedido da população;
- Implantação de áreas de verdes com equipamentos de esporte e lazer nas margens do Córrego Tabatinguera, preferencialmente próximo à EMEF Aroldo, à comunidade Lidiane e Jardim das Praças e à Escola Boarin. Conectar áreas verdes propostas aos equipamentos e áreas de lazer existentes no perímetro, com destaque para EMEF Professor Aroldo de Azevedo, Biblioteca Pública Menotti del Picchia, CEI Vila Prado, Telecentro Anjos da Paz, EMEI 7 de Setembro, Ecoponto Santa Maria e Praça Adriano Ribeiro Cardoso. Ampliar revitalização de córrego na via de acesso à Favela

Caixa D'água, onde foram implantados equipamentos e mobiliário, incorporando toda sua extensão;

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, garantindo solução para assoreamento lateral do córrego, requalificação paisagística do córrego, reurbanização do entorno, arborização lateral, iluminação, limpeza em toda a extensão do córrego e desratização, segundo pedidos da população. Manutenção do Programa Córrego Limpo, para monitoramento mensal do córrego. Solucionar pontos de alagamento no perímetro, dentre eles na área próxima à Praça Canaã, que sofreu com alagamento em 2016, segundo apontado pela população. Considerar proposta de Reservatório de Águas Pluviais próximo à Rua Doutor Moraes Dantas, constante do Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Mandaqui, desenvolvido pela SIURB, a ser implantado preferencialmente sob área de lazer. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos. Implantação de muros de contenção próximo à passarela sobre o córrego, na altura do número 160 da Rua Professor Gama Cerqueira;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego Guaraú. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);

- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Destaque para necessidade de melhorar o acesso e pavimentação da Rua Augusto Franco de Sousa, onde já ocorreram acidentes, segundo comentários da população. Proposta para solucionar problema de acessibilidade da Travessa Fama;

- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego Tabatinguera, promovendo urbanização e pavimentação, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento em

que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de solapamento;

- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos. Garantir permanência da Biblioteca Municipal Menotti del Picchia. Avaliar demanda por espaço para atividades culturais e atividades para crianças, jovens, adultos, CCA e CCJ, Centro de Referência do Idoso, AME (Ambulatório de Especialidades preferencialmente integrado à UBS Santa Maria), CDC (no atual Campo da Vila Prado) e Centro de Cidadania da Mulher (CCM preferencialmente próximo à Comunidade Agreste), apontada pela população. Implantação de Academias da Terceira Idade e Playground em terrenos ociosos na microbacia do Tabatinguera. Sugestão de terreno para implantação de CEU na Rua Baltazar Badal.

ID 190 | RUA ZILDA

Caracterização

Via comercial com intenso fluxo de pedestres, próxima à Escola de Samba Império da Casa Verde e ao Terminal de Ônibus da Casa Verde. Presença de pontos de alagamento.

Diretrizes

- Qualificação e fortalecimento da centralidade comercial linear da Rua Zilda, conectando os equipamentos relevantes, com destaque para o Terminal da Casa Verde e Escola de Samba Império da Casa Verde. Melhoria de acessos, calçadas e travessia na Avenida Engenheiro Caetano Álvares. Qualificação urbanística contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea, quando possível; melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano, em especial banheiros públicos, parklets e lixeiras; implantação de medidas para melhorar a circulação de veículos e estacionamento; e sinalização visual, segundo diretrizes do PDE;
- Solução para os problemas de drenagem, em consonância com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo da Rua Zilda. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Promover redesenho do viário existente e alargamento do leito carroçável da R. Zilda,

com melhoria da iluminação, acessibilidade local, circulação do transporte coletivo e circulação de pedestres, segundo pedidos da população e diretrizes da CET;

- Dinamização da centralidade pela construção e/ou requalificação de equipamentos públicos. Destaque para demanda por equipamentos no entorno do Terminal da Casa Verde, segundo pedidos da população.

ID 192 | AVENIDA CAETANO ÁLVARES

Caracterização

Avenida comercial e de serviços, com intenso fluxo de veículos e passeios públicos estreitos e pouco arborizados. Faixa exclusiva de ônibus nos horários de pico, na pista à direita dos dois sentidos.

O Córrego Mandaqui, cuja nascente encontra-se dentro da Subprefeitura de Santana, segue em canalização fechada sob caminho verde na Avenida Caetano Álvares, com ciclovia e passeio público até a esquina entre essa avenida e a Rua Orensi. Após este entroncamento segue em canalização aberta, com ciclovia entre a avenida e o córrego.

Diretrizes

- Qualificação e fortalecimento da centralidade linear da Avenida Caetano Álvares, conectando os equipamentos de uso público relevantes. Qualificação urbanística contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea, quando possível; melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano, em especial lixeiras; implantação de medidas para melhorar a circulação de veículos e estacionamento; e sinalização visual, segundo diretrizes do PDE;
- Implantação de áreas verdes e de lazer públicas e melhoria das existentes, com equipamentos de esporte, academia ao ar livre e pistas de caminhada. Promover qualificação da ciclovia existente na Avenida Caetano Álvares, com criação de novas travessias e conexões (principalmente na interligação com a ciclovia proposta pelo Apoio Norte) e melhoria da segregação entre bicicletas e veículos motorizados, garantindo maior segurança ao ciclista;

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito do Córrego Mandaqui e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, garantindo requalificação paisagística, arborização lateral, iluminação, limpeza em toda a extensão do córrego. Solucionar pontos de alagamento no perímetro. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;
- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo da Avenida Caetano Álvares. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Implantação de ponte para transposição do Rio Tietê, com calçadas e ciclovia, conectando a Avenida Engenheiro Caetano Álvares à Avenida Marquês de São Vicente pela Avenida Thomas Edson, de acordo com o PlanMob. Promover melhoria de acessibilidade na confluência entre as Avenidas Engenheiro Caetano Álvares e Ipiranga, próximo à Escola Estadual Padre João Gualbi Gualberte;
- Dinamização da centralidade pela construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para demanda por equipamentos de esporte e lazer.

ID 195 | PARQUE NIASI CHOFI

Caracterização

O local apresenta topografia acidentada. Entorno predominantemente residencial (R1 e R2), com presença de galpões e comércio local. Há uma Escola Estadual nos limites do parque a ser implantado (EE Augusto Meirelles Reis Filho). Perímetro incorpora Balneário e Escola Garcia D'Ávila.

Parte do terreno apresenta fragmento florestal relevante com a presença de vegetação arbórea nativa, em estágio médio de regeneração. É possível constatar ainda nesse

terreno a presença de um pequeno corpo d'água, pequenas edificações e obra paralisada de escola particular.

Diretrizes

- Criação do parque (PQ-CV-03 Vila Ester Sítio Niasi Chofi), conforme especificação do PDE, de modo a atender a demanda por espaços verdes públicos e proteger os fragmentos de mata nativa e os corpos d'água. Implantação de equipamentos de esporte, academias ao ar livre, brinquedos, pista de cooper e ciclovia, segundo pedidos da população;
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, ciclovias, arborização e sinalização. Melhoria dos acessos ao futuro parque e da iluminação do entorno;
- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Ampliar a permeabilidade viária nos limites do terreno, conectando as vias sem saída e criando acessos alternativos ao parque proposto;
- Construção e/ou requalificação dos equipamentos públicos, atendendo à necessidade local. Estudar possibilidade de utilização da estrutura da obra paralisada para instalação de equipamento público, a ser definido junto ao Conselho da ZEPAM. Revitalização do Balneário ao lado da Escola Garcia D'Ávila, incorporando construção e instalação de uma Clínica de Reabilitação Física e Psicológica, segundo demanda indicada pela população.

ID 197 | APOIO NORTE

Caracterização

O perímetro, localizado no trecho sul da subprefeitura, incorpora ainda áreas emblemáticas como o Largo do Limão, Sítio Morrinhos e o Parque Clube Matarazzo (PQCV-04) previsto no PDE.

Diretrizes

- Qualificação e fortalecimento dos polos e eixos de centralidade, com destaque para a Rua Celestino Bourrol, avenidas Nossa Senhora do Ó, Inajar de Souza, Brás Leme e Ordem e Progresso, Praça Cruz da Esperança e Largo do Limão, conectando os equipamentos de uso público relevantes. Qualificação urbanística, a ser promovida preferencialmente em parceria com iniciativa privada, contemplando: reforma,

adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea, quando possível; melhoria da iluminação pública, com destaque para a Rua Marino Félix; implantação de mobiliário urbano, em especial banheiros públicos e lixeiras; implantação de ciclovias e melhoria das existentes; implantação de medidas para melhorar a circulação de veículos e estacionamento; e sinalização visual, segundo diretrizes do PDE. Destaque para correção de calçada e construção de canteiro na confluência entre as Ruas Atílio Piffer e Antonio Lopes Marin. Promover revitalização das praças no Largo do Limão e melhoraria do fluxo de veículos na região, levando em consideração projeto encaminhado pelo COM;

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito do Córrego Carandaí e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, garantindo requalificação paisagística, arborização lateral, iluminação e limpeza. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes no perímetro: Córrego Carandaí, que apresenta ocorrência de enchentes, alagamentos, inclusive acidentes em época de chuvas; Largo do Limão, onde há em vigência um projeto de drenagem, por conta dos frequentes alagamentos que ocorrem no local; Rua Mateus Mascarenhas; confluência entre Avenidas Deputado Emílio Carlos e Celestino Bourrol; confluência entre a Rua Joaquim Afonso de Sousa e Av. Lasar Segall; e Av. Ordem e Progresso, segundo indicado pela população. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Destaque para arborização de calçadas, principalmente na Avenida Lasar Segall, segundo pedidos da população. Promover a coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);

- Melhorar a conexão entre bairros da Zona Norte, garantindo adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Enterramento do linhão e implantação de avenida sobre o mesmo, conectada ao viário existente, com criação

de dois túneis (entre a Avenida Casa Verde e a Rua Vichy, e entre as ruas Pilar e Lençóis), com implantação de praças sobre ambos; alargamento das avenidas Nossa Senhora do Ó e Casa Verde e das ruas Nelson Francisco e Caetano Desco; prolongamento e requalificação da Avenida Professora Ida Kolb; prolongamento das ruas José Fiúza Guimarães e Josefina Gonçalves, e da Matheus Mascarenhas com implantação de alameda, e ampliação e melhoria do passeio existente; ampliação e melhoria de passeio existente na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, com implantação de boulevard; abertura de vias entre a Avenida Nossa Senhora do Ó e Rua Roque de Moraes e entre as ruas Tangerinas e Dom Amaral Mousinhos (corredor de ônibus da Avenida Engenheiro Caetano Álvares previsto passar para esta conexão); requalificação da Praça Del Amoroso Neto; e implantação de praça e boulevard na Avenida Brás Leme; estudar possibilidade de criação de nova alça de acesso para a Ponte Júlio de Mesquita Neto; criação de ponte na Avenida Engenheiro Caetano Álvares para transposição do Rio Tietê. Revisar linhas de ônibus da região, em diálogo com nova linha proposta no PIU-ACT. Estudar possibilidade de retorno da linha 9191/10 Elisa Maria/Bom Retiro, ou nova proposta de linha que atenda os moradores do Jardim Primavera;

- Implantação dos parques propostos no PDE: Sítio Morrinhos (PQ-CV-02), conectando aos equipamentos implantados na Avenida Brás Leme; e Clube Matarazzo (PQ-CV-04), com implantação de equipamentos esportivos, de lazer e centro cultural, segundo pedidos da população. Ampliação das áreas verdes e de lazer, dada a carência apontada pela população, com destaque para: incentivo à implantação de hortas comunitárias; locação de mobiliário urbano e equipamentos de ginástica na Praça Benito Nicoletti; e implantação de equipamentos de lazer em terreno ocioso localizado entre a Av. Nossa Senhora do Ó e Rua Matheus Mascarenhas;
- Solucionar as questões habitacionais e garantir provisão habitacional para as famílias removidas, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH);
- Construção e/ou requalificação dos equipamentos públicos, atendendo à necessidade local. Implantação de equipamento de cultura, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAD), CDM Jardim Centenário, Centro de Referência para Mulheres (CRM), creches e estudar possibilidade de implantação de CEU, atendendo à demanda indicada pela população;
- Preservar o patrimônio material e imaterial da região, de acordo com as diretrizes do PDE. Destaque para o Sítio Morrinhos, tombado pelo patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN), que compreende um edifício colonial restaurado, construído com taipa de pilão em 1702, onde hoje funciona o Centro de Arqueologia do Município de São Paulo.

ID 200 | ÁGUA BRANCA E AVENIDA DEPUTADO EMÍLIO CARLOS

Caracterização

Perímetro de importante conexão viária com trecho da Rua Papaterra Limongi ocupado por favela Papaterra Limongi (507 domicílios), segundo dados da SEHAB. Presença das comunidades: Favela da Paz (Sampaio Corrêa) e “Ocupação Minas Gás”.

Contempla os conjuntos habitacionais: Cingapura (Lidiane I e Lidiane II - em construção) e conjuntos implantados na gestão da Prefeita Luiza Erundina.

Destaque para os equipamentos existentes apontados pela população: CTN (Centro de Tradições Nordestinas) e Escola Infantil Guia Lopes (fora do perímetro).

Diretrizes

- Qualificação e fortalecimento da centralidade linear da Avenida Deputado Emílio Carlos, conectando os equipamentos de uso público relevantes. Qualificação urbanística contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea, quando possível; melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano, em especial lixeiras; implantação de medidas para melhorar a circulação de veículos e estacionamento; e sinalização visual, segundo diretrizes do PDE;
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, mobiliário urbano, acessibilidade universal, arborização e sinalização. Destaque para demanda levantada pela população por melhoria de circulação de pedestres na Rua José Papaterra Limongi, e nas avenidas Clavásio Alves da Silva e Dep. Emílio Carlos até o cruzamento com a Avenida Inajar de Souza. Implantação de parque linear ao longo do Córrego do Boqueirão. Solução para barreira e ponto violento entre as Avenidas Deputado Emílio Carlos e João dos Santos Abreu;
- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de limpeza, desratização, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Requalificação paisagística do Córrego do Boqueirão, priorizando a utilização de tecnologias e

procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os constantes alagamentos na Rua Mateus Mascarenhas. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS), com destaque para Praça próxima à Rua Sampaio Corrêa, onde população apontou muita concentração de lixo;

- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Melhoria da acessibilidade local e circulação do transporte coletivo na R. José Papaterra Limongi (com alargamento da via e ligação dos dois trechos) seguindo pela Av. Clavásio Alves da Silva e Avenida Dep. Emílio Carlos até o cruzamento com a Avenida Inajar de Souza, segundo diretriz da CET. Abertura de via entre as ruas Francisco Rodrigues Nunes e Nelson Francisco. Facilitar acesso à Ponte Júlio de Mesquita de ambos os lados e estudar viabilidade de implantação de novas alças de acesso. Alargamento da Rua Domingos Marcheti. Conectar propostas ao subsetor A1 da Operação Urbana Água Branca;

- Solucionar as questões habitacionais, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH), em caráter de urgência para as famílias que foram removidas da Rua Papaterra Limongi e se encontram em aluguel social. Solução habitacional para as famílias removidas em área próxima;

- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego do Guaraú, promovendo urbanização e pavimentação, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento, escorregamento e alagamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento e solapamento;

- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para equipamento esportivo e cultural, implantação de CEU em terreno na Rua Sampaio Correia (ao lado do Hipermercado), equipamentos de ginástica, Centro Esportivo, Telecentro Lidiane (Sampaio Corrêa), Ecoponto e Centro de Cidadania da Mulher (CCM), apontados pela população. Revitalização da Praça Pedro Maschio.

ID 421 | CÓRREGO DO BISPO E AFLUENTES

Caracterização

Área muito acidentada com alta declividade e muitos cursos d'água que afluem para o Córrego do Bispo. Região carece de saneamento básico e contempla áreas de risco R2 e R3 de escorregamento e R3 e R4 de solapamento. Local apresenta pontos de alagamento, principalmente ao longo do Córrego do Bispo, nas ruas São Roque de Minas e Gervásio Leite Rebelo, segundo indicação dos moradores.

Situação de alta vulnerabilidade social decorrente da ocupação de favelas, segundo dados da SEHAB: Futuro Melhor (1.500 domicílios), Encosta do Córrego do Bispo (250 domicílios-dados de maio de 2015), Córrego do Bispo (300 domicílios), Francisco do Amaral (180 domicílios), Jardim Peri Novo (500 domicílios), Ministro Lins de Barros (35 domicílios) e Três Fronteiras (345 domicílios).

Carência de equipamentos públicos, inclusive de cultura. A falta de travessias no córrego Cabuçu de Baixo, na Avenida Inajar de Souza, próximo ao Córrego do Bispo, dificulta o acesso da população ao equipamento "Fábrica de Cultura", localizado na Subprefeitura da Freguesia/Brasilândia.

Dentre os equipamentos existentes na região, destacam-se os descritos a seguir e apontados pela população: Campo do Barroca (campo de futebol no Peri Alto); CCA a Rua Santa Rita do Ituetó; CCA e creche a Rua Gervásio Leite Rebelo; Ecoponto Cultural Jardim Antártica; E.E. Professora Elza Saraiva Monteiro; E.M.E.F. Osvaldo Quirino Simões; E.E. Professor Alfredo Gomes; UBS Jardim Antártica.

O perímetro contempla hortas comunitárias de iniciativa popular, uma próxima do entroncamento entre a Avenida Francisco Machado da Silva e R. São Roque de Minas, e outra na Avenida Francisco Machado da Silva, próxima à favela de mesmo nome. As hortas têm desempenhado o papel de congelamento do terreno, impedindo novas ocupações.

Diretrizes

- Criação do parque linear (PQ-CV-01 - Parque Linear do Córrego do Bispo), conforme especificação do PDE e de acordo com diretrizes da Zona de Amortecimento da Cantareira, de modo a atender a demanda por espaços verdes públicos, conter a expansão urbana, proteger os fragmentos de Mata Atlântica e mitigar os impactos do Rodoanel. Implantação de áreas de permanência e lazer nas margens do Córrego do Bispo, minimizando os fatores causadores de enchentes. Construção, ao longo do parque linear, de vias de circulação de pedestres e ciclovias. Recuperação paisagística dos córregos que não estão tamponados, com arborização e implantação de equipamentos. Revitalização de campo na Av. Francisco Machado da Silva, e implantação de área de lazer na Rua Forte de São Caetano, segundo pedidos da população;
- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e ao longo do Parque Linear do Córrego do Bispo, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento, escorregamento e alagamento em que a área é sujeita atualmente. Atendimento habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento e solapamento;
- Apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres, de acordo com a Lei Municipal Nº 16.212 de 10 junho de 2015 e com o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP).
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação e melhoria de passeios públicos, escadarias, sinalização, arborização, acessibilidade universal e mobiliário urbano (principalmente lixeiras). Destaque para a revitalização das diversas escadarias existentes no perímetro, especialmente: entre as ruas Olhos do Coração e Solar, ao lado do conjunto habitacional Cohab Jd. Antártica; entre as ruas João Oliveira Salgado e Antônio Lopes de Barros, garantindo colocação de corrimão e melhoria de iluminação, segundo pedidos da população; e entre as ruas Gervásio Leite Rebelo e Doutor Francisco Eugênio do Amaral. Construção de passarelas de pedestre sobre o córrego Cabuçu de Baixo, conectando o Parque Linear proposto ao equipamento "Fábrica de Cultura Brasilândia";
- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de limpeza, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para

o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego do Bispo, nas ruas São Roque de Minas e Gervásio Leite Rebelo. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Considerar os impactos da implantação do trecho norte do Rodoanel;
- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Destaque para pavimentação das vias próximas ao Córrego do Bispo e melhoria das ruas Solar, Lembrança, Dom Aquino e Anfitriã. Conexão local interligando o final da Avenida Inajar de Souza a Avenida Santa Inês, proposta pela população, deverá ser avaliada mediante projetos urbanísticos e habitacionais na região. Solução técnica para melhorar a conexão entre a Avenida Inajar de Souza e Rua Gervásio Leite (altura do número 1300);
- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para implantação de equipamentos de cultura, educação e saúde. Liberação para uso do Espaço Cultural Ambiental e Social integrado ao Ecoponto Cultural do Jardim Antártica, construído para utilização dos munícipes.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020

Esta seção apresenta a territorialização das Metas de 2019-2020 que incidem na Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha e a avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e as Metas de 2019-2020, por Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura

As ações contidas no Programa de Metas 2019-2020 estão apresentadas no **Quadro 3**, o qual permite visualizá-las para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 pode ser observada nos mapas do **Anexo 02**.

Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 167 CABUÇU DE BAIXO 12	SMIT – Wifi gratuito
ID 168 CONEXÃO AV. INAJAR - HORTO FLORESTAL	SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Afonso Lopes Vieira
ID 171 CACHOEIRA DOS ANTUNES	SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Afonso Lopes Vieira
ID 174 SÃO GONÇALO DO ABAETÉ E PISCINÃO DO GUARÁ	SEHAB - Regularização (Meta 18) – Santo Antônio do Carangola SMSUB – Requalificação de calçadas – Adequação e adaptação de calçadas SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Inajar de Souza SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Afonso Lopes Vieira
ID 177 CÓRREGO ÁGUA PRETA	SMSUB – Requalificação de calçadas – Adequação e adaptação de calçadas
ID 180 CENTRALIDADE COMERCIAL DA CACHOEIRINHA	SIURB – Projeto Executivo – Requalificação Avenida Imirim SMC – Reformas e documentos técnicos – Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso SMIT – Wifi gratuito SMSUB – Requalificação de calçadas – Adequação e adaptação de calçadas SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Inajar de Souza SPTrans – Requalificação em locais de parada de ônibus – Plataforma de embarque + pista no local de frenagem
ID 183 CEMITÉRIO	SIURB – Projeto Executivo – Requalificação Avenida Imirim

DA CACHOEIRINHA, ENVOLTÓRIA E BOI MALHADO	SMIT – Wifi gratuito SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Inajar de Souza SPTrans – Requalificação em locais de parada de ônibus – Plataforma de embarque + pista no local de frenagem
ID 185 Córrego Tabatinguera	SIURB – Intervenções de drenagem no Córrego Tabatinguera - Reservatório SIURB – Intervenções de drenagem no Córrego Tabatinguera - Canalização SMIT – Wifi gratuito
ID 190 RUA ZILDA	SMIT – Wifi gratuito SMSUB – Requalificação de calçadas – Adequação e adaptação de calçadas
ID 192 AVENIDA CAETANO ÁLVARES	SMSUB – Requalificação de calçadas – Adequação e adaptação de calçadas SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Eng. Caetano Álvares
ID 195 PARQUE NIASI CHOFI	SMIT – Wifi gratuito
ID 197 APOIO NORTE	SMIT – Wifi gratuito SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Eng. Caetano Álvares SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Iapo SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Ordem e Progresso - Ponte do Limão SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclovia Braz Leme SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Gabriel Migliori SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Mandaqui
ID 200 ÁGUA BRANCA E AVENIDA DEPUTADO EMÍLIO CARLOS	SEHAB – Produção Habitacional (Meta 19) – Lidiiane – Condomínio 2 SEHAB – Urbanização (Meta 20) – Lidiiane/Sampaio Correia SIURB – Inspeção Especial – Ponte Júlio de Mesquita Neto SMS – Reforma e Ampliação – HM SMSUB – Requalificação de calçadas – Adequação e adaptação de calçadas SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Inajar de Souza SMT – Implantação ciclovias e ciclofaixas – Edgar Facó – Marques de S. Vicente SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Gabriel Migliori SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Ponte Júlio de Mesquita Neto
ID 421 Córrego do Bispo e afluentes	Não há ações 2019-2020 para este Perímetro de Ação

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação

Ao sobrepor as ações do programa de metas 2019-2020 às diretrizes dos Perímetros de ação é possível verificar o quanto estão sendo atendidas e quais ações futuras necessárias para atingir os objetivos de cada perímetro.

O perímetro ID 167 | CABUÇU DE BAIXO 12 corresponde ao perímetro do Renova SP PAI-Cabuçu de Baixo 12 localizado em terreno muito acidentado e com altas declividades. Possui diretrizes gerais de recuperação de córregos, solução para problemas de saneamento e drenagem, solução das questões habitacionais, qualificação e fortalecimento dos eixos de centralidade comercial, adequação viária e qualificação da mobilidade, qualificação dos espaços livres públicos, provisão de equipamentos públicos e apoiar agricultura urbana. Possui ação de implantação de Wifi, livre que contempla de maneira tangencial a diretriz de construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para necessidade de implantação de área de lazer e cultura. É necessário verificar como está a previsão de implantação do projeto Renova SP, que contempla boa parte das diretrizes do perímetro.

O perímetro ID 168 | CONEXÃO AV. INAJAR - HORTO FLORESTAL apresenta problemas de acessibilidade e possui população em área de risco. Possui diretrizes gerais de recuperação de córregos, solução para problemas de saneamento e drenagem, solução das questões habitacionais, adequação viária e qualificação dos espaços livres públicos. Há ação 2019-2020 de requalificação de ciclofaixa Antônio Lopes Vieira que contempla parcialmente a diretriz de qualificação dos espaços livres públicos.

O perímetro ID 171 | CACHOEIRA DOS ANTUNES possui áreas com alta vulnerabilidade social e ocupações em áreas de risco. Contém diretrizes gerais de qualificar e fortalecer o eixo de centralidade comercial da Avenida Massao Watanabe, recuperação de córregos, solução para problemas de saneamento e drenagem, solução das questões habitacionais, adequação viária e qualificação da mobilidade, qualificação dos espaços livres públicos e provisão de equipamentos públicos. Há ação 2019-2020 de requalificação de ciclofaixa Antônio Lopes Vieira que não contempla diretamente nenhuma diretriz do perímetro.

O perímetro ID 174 | SÃO GONÇALO DO ABAETÉ E PISCINÃO DO GUARAÚ abrange também parte de sua área na subprefeitura de Freguesia do Ó/Brasilândia. Possui diretrizes de fortalecer o eixo de centralidade comercial na rua São Gonçalo do Abaeté, ampliação das áreas verdes e livres, recuperação dos córregos, solução para problemas de saneamento e drenagem, solução das questões habitacionais, estímulo ao desenvolvimento de novo eixo leste-oeste e integração de equipamentos propostos aos existentes. No perímetro há ação de requalificação de calçadas que contempla parcialmente a diretriz de qualificar e fortalecer o eixo de centralidade comercial da Rua São Gonçalo do Abaeté, com qualificação urbanística do eixo, contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização, acessibilidade. A ação de regularização contempla parcialmente a diretriz de solucionar as questões habitacionais. Existem ações de implantação e requalificação de ciclovias e ciclofaixas que não correspondem diretamente a nenhuma diretriz. Há uma demanda de viabilizar formas de utilização pública da área sobre o piscinão, para que não fique abandonado, é necessário verificar se há possibilidades viáveis.

O perímetro ID 177 | Córrego Água Preta contempla a área no entorno deste córrego e possui trecho com margens ocupadas por moradias próximas ao curso d'água. Possui diretrizes gerais de recuperação do Córrego da Água Preta, solução para problemas de saneamento e drenagem, solução das questões habitacionais, adequação viária e qualificação da mobilidade, qualificação dos espaços livres públicos e provisão de equipamentos públicos. Possui ação de requalificação de calçadas, que contempla parcialmente diretriz de qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, passarelas sobre o córrego, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, arborização e sinalização.

O perímetro ID 180 | CENTRALIDADE COMERCIAL DA CACHOEIRINHA é uma área de intenso comércio e circulação de pedestres onde estão presentes dois importantes equipamentos, o Terminal de ônibus da Vila Nova Cachoeirinha e o Centro Cultural da Juventude. Possui diretrizes de qualificação e fortalecimento da centralidade comercial histórica representada pelo Largo do Japonês e entorno, adequação viária e qualificação da mobilidade e provisão de equipamentos públicos. Possui ações de requalificação da Avenida Imirim e requalificação em locais de parada de ônibus – Plataforma de embarque + pista no local de frenagem que contemplam parcialmente a diretriz de adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público, alargamento e implantação de corredor de ônibus nas avenidas Imirim e

Parada Pinto, considerar alargamento, eliminação de estacionamento em via e implantação de ciclovia em toda a extensão da Avenida Imirim. Ações de reforma do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso e Wifi gratuito que contemplam parcialmente diretriz de construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para demanda por: UBS, centro cultural, projetos sociais, ecoponto, espaços livres e CRM (Centro de Referência da Mulher. E possui ações de requalificação de calçadas e implantação de ciclovias e ciclofaixas na Av. Inajar de Souza que contemplam parcialmente a diretriz de qualificação e fortalecimento da centralidade comercial histórica representada pelo Largo do Japonês e entorno, conectando os equipamentos relevantes, com destaque para o Terminal da Vila Nova Cachoeirinha e Centro Cultural da Juventude, qualificação urbanística contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização.

O perímetro ID 183 | CEMITÉRIO DA CACHOEIRINHA, ENVOLTÓRIA E BOI MALHADO é composto pelo terreno do Cemitério da Vila Nova Cachoeirinha e área envoltória. Possui diretrizes gerais de qualificação dos espaços livres públicos, implantação de áreas de permanência e lazer contornando o Cemitério da Cachoeirinha, promover a descontaminação do terreno, juntamente com a CETESB, e indicar uso compatível (espaço de lazer ou habitação), solução para problemas de saneamento e drenagem, solução das questões habitacionais, adequação viária e qualificação da mobilidade e provisão de equipamentos públicos. Possui ações de requalificação da Avenida Imirim (que encosta no perímetro a norte), requalificação em locais de parada de ônibus – Plataforma de embarque + pista no local de frenagem e implantação de ciclovia e ciclofaixa na Av. Inajar de Souza que contemplam parcialmente a diretriz de adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Neste perímetro é necessária ação estrutural de descontaminação do terreno e resolução de conflitos fundiários, para se ter melhores condições de alcançar as diretrizes propostas.

O perímetro ID 185 | CÓRREGO TABATINGUERA se localiza em área lindeira ao córrego Tabatinguera com população em vulnerabilidade social e em área de risco de solapamento. Possui diretrizes gerais de recuperação de córregos, implantação de áreas de verdes com equipamentos de esporte e lazer nas margens do Córrego Tabatinguera, solução para problemas de saneamento e drenagem, solução das questões habitacionais, adequação viária e qualificação da mobilidade, qualificação dos espaços livres públicos e provisão de equipamentos públicos. Possui ações de intervenções de drenagem no Córrego Tabatinguera – Reservatório e Canalização

que contemplam parcialmente as diretrizes de recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, garantindo solução para assoreamento lateral do córrego, requalificação paisagística do córrego, reurbanização do entorno, arborização lateral; e de solução para os problemas de saneamento e drenagem. Possui também ação de implantação de Wifi livre que atende indiretamente a diretriz de construção e/ou requalificação de equipamentos públicos.

O perímetro ID 190 | RUA ZILDA abrange via comercial com intenso fluxo de pedestres. Possui diretrizes gerais de qualificação e fortalecimento da centralidade comercial linear da Rua Zilda, solução para problemas de drenagem, adequação viária e qualificação da mobilidade, dinamização da centralidade pela provisão de equipamentos públicos. Possui ação de implantação de Wifi livre que não contempla diretamente nenhuma diretriz e ação de requalificação de calçadas que contempla parcialmente a diretriz de qualificação urbanística contemplando reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização. Esta ação é importante, porém seria necessário um redesenho das calçadas integrado com adequação do sistema viário para contemplar o intenso movimento do comércio nesta rua.

O Perímetro ID 192 | AVENIDA CAETANO ÁLVARES possui objetivo principal de requalificação da Avenida Caetano Álvares, desde a Marginal Tietê até a Avenida Imirim. Possui diretrizes gerais de qualificação e fortalecimento da centralidade linear da Avenida Caetano Álvares, conectando os equipamentos de uso público relevantes; implantação de áreas verdes e de lazer públicas e melhoria das existentes; recuperação do Córrego Mandaqui; solução para problemas de saneamento e drenagem e adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público. Possui ação de requalificação de calçadas que contempla parcialmente a diretriz de qualificação e fortalecimento da centralidade linear da Avenida Caetano Álvares, conectando os equipamentos de uso público relevantes, qualificação urbanística contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização. Possui também ação de implantação de ciclovias e ciclofaixas que contempla parcialmente diretriz de implantação de áreas verdes e de lazer públicas e melhoria das existentes, com equipamentos de esporte, academia ao ar livre e pistas de caminhada. Promover qualificação da ciclovia existente na Avenida Caetano Álvares, com criação de novas travessias e conexões (principalmente na interligação com a ciclovia proposta pelo Apoio Norte).

O perímetro ID 195 | PARQUE NIASI CHOFI está em área prevista no PDE para implantação de parque, parcialmente demarcada como ZEPAM. Possui diretrizes gerais de criação do parque (PQ-CV-03 Vila Ester Sítio Niasi Chofi), conforme especificação do PDE, de modo a atender a demanda por espaços verdes públicos; qualificação dos espaços livres públicos; adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público; e provisão de equipamentos públicos. Possui ação de implantação de Wifi Livre, que não atende diretamente a nenhuma ação do perímetro. Para a efetivação deste perímetro é fundamental a ação de implementação do Parque.

O perímetro ID 197 | APOIO NORTE é composto por trecho do Projeto de Intervenção Urbana do Arco Tietê (PIU-ACT), desde a Avenida Inajar de Souza até a Brás Leme, passando por área da linha de transmissão de energia da Eletropaulo (linhão), incorporando importantes avenidas como a Nossa Senhora do Ó e Casa Verde. Possui diretrizes de qualificação e fortalecimento dos polos e eixos de centralidade conectando os equipamentos de uso público relevantes; Recuperação do Córrego Carandaí, solução para os problemas de saneamento e drenagem; Melhorar a conexão entre bairros da Zona Norte, garantindo adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público; Implantação dos parques previstos no PDE Sítio Morrinhos (PQ-CV-02) e Clube Matarazzo (PQ-CV-04); Solução das questões habitacionais; Provisão de equipamentos públicos; e Preservar o patrimônio material e imaterial da região. Possui ações de implantação de Wifi livre e implantação de novas ciclovias e ciclofaixas que contemplam de modo parcial a diretriz de: Qualificação e fortalecimento dos polos e eixos de centralidade, (...) implantação de ciclovias e melhoria das existentes. Este também é um perímetro que possui suas diretrizes ancoradas em projeto específico do Apoio Norte, é necessário verificar a previsão de implantação do projeto para sustentar a viabilidade do perímetro.

O perímetro ID 200 | ÁGUA BRANCA E AVENIDA DEPUTADO EMÍLIO CARLOS é de importante conexão viária composto pela conexão entre subsetor A1 da Operação Urbana Água Branca e a Avenida Nossa Senhora do Ó até a Avenida Inajar de Souza. Possui diretrizes de: qualificação e fortalecimento da centralidade linear da Avenida Deputado Emílio Carlos, conectando os equipamentos de uso público relevantes; Qualificação dos espaços livres públicos; recuperação de córregos; solução para problemas de saneamento e drenagem; solução das questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco; adequação viária, melhoria da sinalização e estruturação do transporte público; e provisão de equipamentos públicos. Possui

ações de produção habitacional e urbanização que contemplam parcialmente a diretriz de solucionar as questões habitacionais, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Possui ação de requalificação de calçadas que contemplam parcialmente diretriz de qualificação e fortalecimento da centralidade linear da Avenida Deputado Emílio Carlos, conectando os equipamentos de uso público relevantes, qualificação urbanística contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização. Ação de reforma e ampliação de Hospital Municipal que contempla parcialmente a diretriz de construção e/ou requalificação de equipamentos públicos. E ações de implantação e requalificação de ciclovias e ciclofaixas e ação de inspeção especial da Ponte Júlio de Mesquita Neto, que indiretamente estão relacionadas à diretriz de adequação viária.

O perímetro ID 421 | CÓRREGO DO BISPO E AFLUENTES corresponde a área delimitada do Parque Urbano previsto no PDE e área envoltória dos afluentes do córrego do Bispo com situação de alta vulnerabilidade social. Possui diretrizes de: Criação do parque linear (PQ-CV-01 - Parque Linear do Córrego do Bispo), conforme especificação do PDE e de acordo com diretrizes da Zona de Amortecimento da Cantareira; Solução das questões habitacionais; Apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres; Qualificação dos espaços livres públicos; Recuperação dos córregos; Solução para os problemas de saneamento e drenagem; Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público; e Provisão de equipamentos públicos. Não há nenhuma ação prevista para este perímetro. Para a efetivação desse perímetro é fundamental a implantação do Parque Linear Córrego do Bispo, importante verificar o andamento deste projeto.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020

No conjunto dos perímetros de Ação da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha as metas para 2019-2020 são de: implantação de novas ciclovias e ciclofaixas, implantação de Wifi Livre, requalificação de calçadas, reforma e ampliação de equipamento de saúde, reforma de equipamento de cultura, intervenções de drenagem no Córrego Tabatinguera – reservatório e canalização, requalificação da Avenida Imirim, requalificação em locais de parada de ônibus com plataforma de embarque e pista no local de frenagem, inspeção especial na Ponte Júlio de Mesquita Neto e ações da SEHAB de produção habitacional e urbanização.

De maneira geral estas ações contemplam parcialmente e insuficientemente as diretrizes da Subprefeitura de: Reavaliação e ampliação da oferta de equipamentos e serviços públicos; Requalificação urbanística das calçadas nas vias comerciais e de acesso ao transporte público; Atendimento às diferentes necessidades habitacionais para a população em vulnerabilidade social e em situação de risco; Promoção da urbanização e regularização fundiária dos assentamentos urbanos precários, dotando-os de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana; e Promoção do saneamento ambiental da região com ações que objetivam o acesso universal ao saneamento básico, a recuperação e conservação dos recursos ambientais, a recuperação ambiental dos cursos d'água, solução dos problemas de macro e micro drenagem, a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Cabe destacar que as diretrizes relacionadas a necessidade habitacional estão contempladas insuficientemente na subprefeitura. Com apenas uma ação de regularização fundiária no Perímetro ID 174 | SÃO GONÇALO DO ABAETÉ E PISCINÃO DO GUARAÚ, no distrito de Cachoeirinha e ação de produção habitacional e urbanização em perímetro em área mais consolidada ao sul da subprefeitura. Não foram atendidas as demandas habitacionais em áreas mais precárias de alta vulnerabilidade social principalmente no distrito da Cachoeirinha.

Ainda são necessárias na subprefeitura outras ações relacionadas com a estruturação do território que contemplem as diretrizes de: Melhoria na ligação leste – oeste, inclusive com a abertura das avenidas previstas no Arco Tietê; Contenção do avanço da expansão urbana em direção à Serra da Cantareira para a preservação do cinturão verde de Mata Atlântica ainda existente na Zona Norte do Município, por meio de

fiscalização e monitoramento das ocupações irregulares; Promoção do saneamento ambiental da região com ações que objetivam o acesso universal ao saneamento básico, a recuperação e conservação dos recursos ambientais, a recuperação ambiental dos cursos d'água, solução dos problemas de macro e micro drenagem, a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; Recuperação e proteção do patrimônio ambiental com a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e áreas ainda vegetadas, revitalização de nascentes, cachoeiras e cursos d'água, implantação dos parques previstos no PDE, proposição de novos parques lineares junto aos cursos d'água e implantação de caminhos verdes.

Das diretrizes não atendidas é importante destacar a necessidade de ações no Distrito de Cachoeirinha para conter o avanço da expansão urbana em direção à Serra da Cantareira, em área que possui elevada precariedade habitacional em áreas de risco. A implementação dos parques propostos, que inclusive é a centralidade de um dos perímetros, poderia contemplar essa necessidade. Outra demanda é a de conservação dos córregos e nascentes, que teria como ações necessárias a implantação dos parques lineares previstos e execução de obras de macrodrenagem. Cabe verificar o andamento de projetos relacionados ao Arco Tietê e ao Apoio Norte que trariam transformações viárias estruturais e são estruturadores dos perímetros mais próximos da Marginal Tietê.

O desafio para o próximo Programa de Metas é o de fortalecer o ciclo de planejamento participativo, pautando as discussões no atendimento das diretrizes ainda não atendidas e apresentadas pelo Plano Regional.

A implementação dos Perímetros de Ação, estabelecidos pelo Plano Regional, requer uma priorização, conforme consta no Decreto nº57.537/2016, e para tanto foi desenvolvida uma metodologia e critérios adotados, que estão abordados na seção a seguir.

3. Priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras

Esta seção apresenta a metodologia para a priorização dos Perímetros de Ação (PA) nos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos respectivos Perímetros de Ação e aplicada em reuniões realizadas nos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

As orientações a seguir pautaram os objetivos das Oficinas de Planejamento para a priorização dos PAs nos Planos Regionais de cada Subprefeitura

“...as discussões dos Núcleos Regionais de Planejamento tenderão a abordar quais intervenções previstas para 2020 adequam-se às diretrizes dos Planos Regionais e quais não se adequam – e esse registro terá a dupla finalidade de qualificar a intervenção prevista para 2020 que se inserem nos perímetros de ação e gerar, desde então, conteúdos para o ciclo participativo de planejamento a ser iniciado em 2021.”

Fonte: Documento de orientações para a condução das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento [Fonte: Documento Interno – Elaboração: SGM, out/19].

Com base nessas orientações, os Planos de Ação de cada uma das Subprefeituras refletirão o ano de 2020 e, também, o planejamento de ações para o ano de 2021, servindo também, como subsídio para discussão do futuro Programa de Metas 2021-2024.

O método aplicado ao estudo de cada Subprefeitura está estruturado em etapas, pertinentes e aplicáveis ao estudo de 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo nos respectivos NRPs, sendo essas etapas:

Etapla 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

Etapla 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios.

Etapla 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs.

Etapla 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o PA 2020.

Etapla 5. Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs.

Adiante segue o detalhamento e orientações metodológicas para as Etapas acima definidas.

Etapa 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

A formulação da Cesta de Critérios para análise e priorização dos Perímetros de Ação nos Planos Regionais, é baseada nas orientações e na estratégia de ordenamento territorial do PDE 2014, referenciada no Art. 8º, do Título II, Capítulo I - da Estruturação e Ordenação Territorial, conforme destaca-se a seguir:

Art. 8º: Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

*I - a **dimensão social**, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais; (destaque nosso)*

*II - a **dimensão ambiental**, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município;*

*III - a **dimensão imobiliária**, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados à moradia e ao trabalho;*

*IV - a **dimensão econômica**, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda;*

*V - a **dimensão cultural**, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos.*

Art. 9º A estratégia territorial do Plano Diretor, na perspectiva de observar de maneira equilibrada as dimensões definidas no artigo anterior e, ainda, os princípios, diretrizes e objetivos da Política Urbana, estrutura-se a partir dos seguintes elementos (grifo nosso):

*I - **macrozonas e macroáreas**, áreas homogêneas que orientam, ao nível do território, os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais;*

*II - **rede de estruturação e transformação urbana**, onde se concentram as transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, composta pelos seguintes elementos estruturadores do território:*

*a) **macroárea de Estruturação Metropolitana**, que tem um papel estratégico na reestruturação urbana no Município por apresentar grande potencial de transformação urbana, que precisa ser planejado e equilibrado;*

*b) **rede estrutural de transporte coletivo**, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana, ao longo da qual se propõe concentrar o processo de adensamento demográfico e urbano e qualificar o espaço público;*

*c) **rede hídrica e ambiental** constituída pelo conjunto de cursos d'água, cabeceiras de drenagem e planícies aluviais, de parques urbanos, lineares e naturais, áreas verdes significativas e áreas protegidas e espaços livres, que constitui o arcabouço ambiental do Município e desempenha funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;*

*d) **rede de estruturação local**, que articula as políticas públicas setoriais no território indispensáveis para garantir os direitos de cidadania e reduzir a desigualdade socio territorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.*

Parágrafo único. *Fica o território do Município de São Paulo dividido nas seguintes macrozonas, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas, conforme Mapas 1 e 2, anexos ao PDE 2014:*

I - Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

II - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental

A Cesta de Critérios referenciada no PDE 2014 visa uniformizar os parâmetros de análise dos Perímetros de Ação em cada Subprefeitura, para fins de priorização, conforme os critérios a seguir.

1. Estruturação e Transformação Urbana Local: As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas Diretrizes do PDE 2014 incidentes no território da Subprefeitura. Sem esgotar todas as proposições de estruturação urbana e ambiental do PDE, a análise está voltada a presença das seguintes questões:

- Propostas e intervenção ou obra estruturante; intervenções planejadas;
- Centralidades a serem criadas, potencializadas e/ou qualificadas;
- Inserção em Macroárea (s): Exemplo: Macrozonas e Macroáreas. Tipo de Macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana- MEM.
- Inserção em Eixos e Estruturação da Transformação Urbana- EETU;
- Implantação de sistema de transporte: Metrô, Corredor de ônibus, trem, Terminais de transporte entre outros; Grandes Equipamentos Urbanos.

2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a vulnerabilidade social expressas nas propostas de inclusão social do PDE 2014. O maior exemplo é a presença no território de tipologias de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, bem como aspectos relacionados a produção de habitação social, regularização fundiária, e equipamentos de interesse social (saúde, educação, assistência social, cultura e outros), e unidades territoriais com indicadores de vulnerabilidade social, como o Índice Paulista Vulnerabilidade Social – IPVS, e outros indicadores referenciados no IBGE, SEADE e Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO).

3. Economia Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da economia local/regional, expressas nas diretrizes do PDE 2014 voltadas a dinamização econômica. Destacam-se a presença de Zonas de Desenvolvimento Econômico - ZDE, Zonas Predominantemente Industrial – ZPIs, Territórios de Interesse Cultural; áreas com potencial para o Turismo, de estímulo à Produção de Agricultura tradicional e/ou objeto de transformação para agricultura orgânica a exemplo do Projeto Ligue os Pontos, grande presença de imóveis subutilizados, entre outros.

4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a carência de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana no território. A exemplo de rede de água e esgotos, sistemas de tratamento de resíduos ou sanitários, iluminação pública, calçamento e pavimentação viária, espaços públicos, entre outros.

5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento:

Refere-se a possibilidade de obtenção de recursos de fundos de financiamento urbano, ambiental, habitacional ou de saneamento básico com recursos governamentais “carimbados” a exemplo do FUNDURB; FMSAI; FEMA; Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo, entre outros.

6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a importância ambiental dos recursos naturais presentes no território, regulamentadas como unidades de conservação ou não, e que contribuam para ampliar a resiliência urbana ao clima e a manutenção e produção de serviços ambientais de interesse para a qualidade urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana. Em contrapartida, também são valorizados nesse quesito aspectos relacionados a vulnerabilidade ambiental e social, tais como, presença de áreas contaminadas, áreas de risco de escorregamento ou de inundação, fragilidades ambientais e ocorrências naturais especiais (paisagens notáveis, depressões, solos frágeis entre outras).

7. Mobilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da mobilidade urbana e do transporte sustentável. Embora estejam correlacionados a transformação urbana no item 1 da cesta de critérios, a presença ou implantação proposta de sistemas de transportes valorizam e potencializam o território em relação a melhoria da qualidade de vida, sendo também objeto de valorização. Destaca-se a presença ou travessia do território por corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, sistemas especiais de transporte, viário e hidroviário e ferroviário, ciclovias, terminais modais e intermodais e outras modalidades de transporte ativo. As diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana 2015 são também importantes para subsidiar essa análise

8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas ao conhecimento da demanda local por soluções urbanas nos diferentes territórios e PAs das Subprefeituras, pelos gestores locais pautados nas reivindicações da sociedade local. Além da pontuação específica esse quesito é também considerado um elemento

chave para as decisões sobre a priorização dos Perímetros de Ação e seu reflexo no Programa de Metas, conforme a seguir discutido.

Refere-se a análise realizada pela Subprefeitura sobre a avaliação da importância do PA para a gestão urbana participativa, baseada nas demandas apresentadas pela população local no dia a dia da Subprefeitura.

Etapla 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios

Para a análise dos Perímetros de Ação foi proposto um método de pontuação com base na Cesta de Critérios, consolidado em uma Planilha de Avaliação e Pontuação de PAs para cada Plano Regional.

O método de Pontuação dos Perímetros do PRS é baseado na Cesta de Critérios proposta na Etapa 1, com o detalhamento de alguns subitens para viabilizar uma avaliação mais expedita dentro do prazo estabelecido para a execução dessa atividade.

A pontuação adotada segue o modelo binário, atribuindo-se o valor 1 (um) para o atendimento do critério de análise proposto (sim), ou o (zero) para o não atendimento do critério de análise (não).

Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS PERÍMETROS DE AÇÃO	PONTUAÇÃO	
	Sim	Não
1. Estruturação e Transformação Urbana Local: Consta no PDE 2014 como intervenção/obra estruturante e intervenções planejadas? Tem centralidades a serem potencializadas e/ou qualificadas? Está inserido em qual (ais) Macroárea (s)? Está em Eixos de Estruturação Urbana?	1	0
2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social: ZEIS?	1	0
3. Economia Urbana Local: Contribui com a economia local? ZDE; ZPI? Turismo, ligue os pontos, outros.	1	0
4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos: Tem carência de equipamentos e serviços?	1	0
5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento: Existência de projetos com recursos “carimbados” FUNDURB; FMSAI; FEMA; SABESP - Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo.	1	0
6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana: Quesitos que contribuam para ampliar a resiliência urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana; Contaminação do Solo; Áreas de Risco.	1	0
7. Mobilidade Urbana: Previsão ou execução de corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, ciclovias, terminais modais e intermodais e modalidades de transporte ativo.	1	0
8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil: Pontuação pela equipe do Núcleo Regional de Planejamento.	1	0
Pontuação dos Perímetros		

Elaboração: Consultores UNESCO.

No final da análise é realizada uma somatória de pontos atribuídos ao Perímetro de Análise, de forma a valorar sua importância para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Dessa forma obtém-se a seleção dos Perímetros de Ação (PA) com maior importância para a elaboração do Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 e/ou para os próximos ciclos de planejamento.

Detalhamento da análise para os Próximos Ciclos de Planejamento

Alternativamente, foi proposto por PLANURBE-SMDU um modelo que aprofunda o detalhamento da metodologia em priorização dos perímetros de cada PRS analisados com base na cesta de critérios, porém, com a possibilidade de um levantamento mais detalhado de informações e indicadores, para a aplicação dos itens de análise de cada um dos itens da cesta de critérios para priorização dos PAs em cada Plano Regional das Subprefeituras.

Em função da exigência de aprofundamento dos levantamentos e da exiguidade dos prazos optou-se por indicar essa proposta para os próximos ciclos de planejamento, com vistas a formulação de um modelo de pontuação aplicável a qualquer período futuro de planejamento, por exemplo 2021-2024. **(Vide Planilha de Pontuação Detalhada no Roteiro Metodológico – Anexo 1).**

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs

A partir das orientações da Etapa 2, a pontuação dos Perímetros de Ação é obtida com a aplicação de Fatores de Ponderação pactuados para a priorização de PAs junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

Esses fatores de ponderação são aplicados em associação à Cesta de Critérios. Foi definida uma forma de ponderação dos resultados baseada em três itens de análise por fator de ponderação, análise com potencial multiplicador sobre a pontuação obtida pela análise do Perímetro de Ação. Os fatores de ponderação são os apresentados a seguir.

1. Relevância do Projeto (meta ou ação proposta) no Plano de Metas 2019-2020.

Refere-se a avaliação da relevância do projeto proposto para atingir as diretrizes previstas para o respectivo **Perímetro de Ação**.

RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA O PA			
Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	
1	2	4	Fator de Multiplicação

2. Situação do projeto definido pela meta ou ação. Refere-se ao estágio de desenvolvimento do projeto, obra ou atividade avaliado para sua implantação.

Projetos ou ações previstas pelo PDE 2014, pelo Programa de Metas 2019-2020, e pelas secretarias municipais foram avaliados em termos de: *fase de planejamento*, *em execução*, ou *executado*. Adotou-se como referência a territorialização do Programa de Metas e as informações georreferenciadas elaboradas para a 2ª Rodada de Oficinas dos Núcleos Regionais de Planejamento, realizada em dezembro de 2019. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 foi realizada a partir das informações organizadas por PLANURBE-SMDU, coletadas junto às secretarias municipais até a realização das reuniões em 19 de fevereiro de 2020. Essas informações foram apresentadas na base cartográfica elaborada para os Planos Regionais das Subprefeituras.

ESTÁGIO DO PROJETO			
Em Planejamento	Executado	Em execução	
1	2	4	Fator de Multiplicação

Ao final dessa análise e respectivas pontuações são apresentados os resultados da priorização final obtida para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020, bem como as recomendações para os ciclos subsequentes de planejamento urbano.

Etapa 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o Plano de Ação 2020.

Conforme o artigo Art. 9º do Decreto nº 57.537/2016, os Planos de Ação de cada Subprefeitura têm por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais. No seu § 1º, definiu-se que os Planos de Ação terão os seguintes conteúdos:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por cada secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

Destaca-se ainda o definido no § 2º:

“Todas as intervenções públicas no território, mesmo as não previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras, devem ser previamente informadas aos Núcleos Regionais de Planejamento para sua consideração”.

Dessa forma recomenda-se considerações sobre os resultados obtidos na priorização dos PAs, indicando as lacunas existentes em relação a PAs considerados prioritários, mas não atendidos no Programa de Metas 2019-2020.

As informações orçamentárias fizeram parte das informações consolidadas na base de informação para a análise e priorização, sendo um ponto de aperfeiçoamento no levantamento de informações para a elaboração dos próximos Planos de Ação.

Nas considerações finais deverão ser destacados PAs com importância para a efetivação dos objetivos e diretrizes gerais do Plano Regional, mas não atendidos integralmente pelo Programa de Metas 2019-2020. Nesse caso, esses PAs deverão ser apontados com as possíveis alternativas de financiamento pelas opções de fundos de financiamento municipais e governamentais existentes, e/ou possíveis revisões orçamentárias durante os exercícios, e/ou inclusão nos exercícios de 2021 a 2024.

Etapas 5 – Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs

Neste item orienta-se a apresentação dos resultados esperados e sintetizados com a respectiva justificativa da Priorização dos PAs para cada Subprefeitura, a partir da sistematização da análise realizada na 2ª Rodada dos NRPs. são:

- **Priorização dos Perímetros de Ação**, onde descreve-se os PAs priorizados acompanhados das respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.
- **Considerações Finais e apresentação do Quadro Síntese de Justificativas** da seleção dos Perímetros de Ação.

O resultado da Priorização dos PAs fornece os primeiros contornos para a elaboração dos Planos de Ação 2020. Esse resultado definiu o conteúdo para as audiências públicas realizadas no período 03/02/2020 a 19/02/2020 com os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, sustentando a discussão sobre os Planos de Ação da Subprefeitura.

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Casa Verde/ Cachoeirinha

Aplicando-se a metodologia acima apresentada chegou-se à sugestão de priorização dos perímetros para o Plano de Ação da Subprefeitura Casa Verde/ Cachoeirinha exposta a seguir:

A sugestão de priorização dos Perímetros de Ação da Subprefeitura Casa Verde/ Cachoeirinha foi realizada junto aos técnicos da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU) e membros do Núcleo Regional de Planejamento (NRP) durante a segunda rodada de oficina realizada no dia 28 de novembro de 2019.

Salienta-se que com base no critério 8 – “Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil” foram escolhidos pelo NRP perímetros que possuem elevada vulnerabilidade social e alta densidade demográfica, e que mesmo assim não possuem ou possuem poucas ações previstas no programa de metas 2019-2020. Esse critério permitiu o destaque de perímetros que não necessariamente são os que possuem o maior número de ações 2019-2020, mas que necessitam de priorização no programa de metas 2021-2024, a fim de contemplar as diretrizes previstas nos Cadernos Regionais.

Retomando-se o conteúdo do Plano Regional da Subprefeitura Casa Verde/ Cachoeirinha este é constituído conforme exposto anteriormente de 14 Perímetros de Ação, a saber:

ID 167 | CABUÇU DE BAIXO 12

ID 168 | CONEXÃO AV. INAJAR - HORTO FLORESTAL

ID 171 | CACHOEIRA DOS ANTUNES

ID 174 | SÃO GONÇALO DO ABAETÉ E PISCINÃO DO GUARAÚ

ID 177 | Córrego Água Preta

ID 180 | CENTRALIDADE COMERCIAL DA CACHOEIRINHA

ID 183 | CEMITÉRIO DA CACHOEIRINHA, ENVOLTÓRIA E BOI MALHADO

ID 185 | Córrego Tabatinguera

ID 190 | RUA ZILDA

ID 192 | AVENIDA CAETANO ÁLVARES

ID 195 | PARQUE NIASI CHOFI

ID 197 | APOIO NORTE

ID 200 | ÁGUA BRANCA E AVENIDA DEPUTADO EMÍLIO CARLOS

ID 421 | Córrego do Bispo e afluentes

Desses 14 Perímetros, 4 foram selecionados para serem desenvolvidos prioritariamente, atendendo as principais diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha⁷, são eles:

ID 421 | Córrego do Bispo e afluentes;

ID 167 | Cabuçu de Baixo 12;

ID 171 | Cachoeira dos Antunes;

ID 185 | Córrego Tabatinguera⁸

Descreve-se a seguir os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização. As metas 2019-2020 que incidiram nesses 4 Perímetros de Ação foram espacializadas e podem ser visualizadas nos mapas do **Anexo 02**, referentes à segunda rodada de oficina do NRP.

1. O Perímetro **ID 421 | Córrego do Bispo e afluentes** está localizado a norte na subprefeitura, no distrito de Cachoeirinha, fazendo limite com o Parque Estadual da Cantareira. Apresenta alta vulnerabilidade social com loteamentos irregulares e favelas. Dentre estas, apresenta quase a totalidade das áreas residenciais do perímetro demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS-1, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

No critério de *resiliência urbana* possui expressivas áreas de risco de escorregamento e solapamento e o Parque municipal Córrego do Bispo (que é um dos parques da borda da Cantareira) em implantação de acordo com o PDE 2014.

Além dos elementos indicados acima, na oficina o NRP destacou este perímetro quanto ao critério indicado pelo núcleo de *elevada vulnerabilidade social e alta densidade demográfica*, e que mesmo assim não possui ações do programa de metas

⁷ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação – Casa Verde. In: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PA-CV.pdf>>

⁸ O perímetro ID 185 | Córrego Tabatinguera foi inserido como perímetro prioritário após revisão das ações do programa de metas 2019-2020 que incidem sobre o perímetro, após a consulta a sociedade..

2019-2020. Dentro e nos limites deste perímetro ainda há a presença de expressivas áreas ambientais, que sofrem pressão da expansão urbana irregular nesta região.

2. O Perímetro **ID 167 | CABUÇU DE BAIXO 12** também está localizado a norte na subprefeitura, no distrito de Cachoeirinha, imediatamente a sudeste do perímetro ID 421 | Córrego do Bispo e afluentes. Apresenta alta vulnerabilidade social com loteamentos irregulares e favelas. Dentre estas, apresenta parte considerável das áreas residenciais do perímetro demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS-1, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*. Faz parte do Programa de Ação Integrada - PAI 12.

No critério de *resiliência urbana* possui expressivas áreas de risco de escorregamento e solapamento e parte do Parque municipal Córrego do Bispo (que é um dos parques da borda da Cantareira) em implantação de acordo com o PDE 2014.

Além dos elementos indicados acima, na oficina o NRP destacou este perímetro quanto ao critério indicado pelo núcleo de *elevada vulnerabilidade social e alta densidade demográfica, e que mesmo assim possui apenas uma ação do programa de metas 2019-2020*. Dentro e nos limites deste perímetro ainda há a presença de expressivas áreas ambientais, que sofrem pressão da expansão urbana irregular nesta região.

3. O Perímetro **ID 171 | CACHOEIRA DOS ANTUNES** também está localizado a norte na subprefeitura, no distrito de Cachoeirinha. Apresenta alta vulnerabilidade social com expressivas áreas de favelas. Dentre estas, apresenta quase a totalidade das áreas residenciais do perímetro demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social, em sua maioria ZEIS-1 e uma área de ZEIS-5, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*. No critério de *resiliência urbana* possui expressivas áreas de risco de escorregamento e solapamento.

Além dos elementos indicados acima, na oficina o NRP destacou este perímetro quanto ao critério indicado pelo núcleo de *elevada vulnerabilidade social e alta densidade demográfica, e que mesmo assim possui apenas uma ação do programa de metas 2019-2020*.

4. O Perímetro **ID 185 | Córrego Tabatinguera** está localizado no distrito do Limão. Apresenta algumas áreas de alta vulnerabilidade social com algumas

favelas, inclusive às margens do córrego Tabatinguera em áreas de risco geológico. Sobre essas favelas estão demarcadas áreas de ZEIS 1, que se espraiam por outras áreas do perímetro, além de áreas pontuais de ZEIS 2 e ZEIS 5. Essas áreas correspondem ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Possui ações 2019-2020 da SIURB de drenagem no córrego Tabatinguera que o fazem ser incluído pelo critério de qualificação de *infraestrutura urbana*.

Ao longo do córrego Tabatinguera há algumas áreas com ocorrência de inundação e de risco geológico, que fazem o perímetro ser priorizado devido ao critério de *resiliência urbana*.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação

Durante a 2ª Rodada de Oficinas, o Núcleo Regional de Planejamento pré-selecionou os 3 perímetros de ação enquanto prioritários. Esses 3 perímetros de ação foram apresentados para validação dos representantes do Conselho Municipal Participativo e sociedade civil, com o objetivo de ampliar a discussão, colher propostas e sugestões. Esse resultado também visou a contribuir na elaboração do Programa de Metas 2021-2024.

Após a consulta pública em 5 de fevereiro e a partir da revisão das ações do Programa de Metas 2019-2020 se acrescentou mais um perímetro, alcançando uma seleção de 4 perímetros priorizados.

Os *critérios de análise* para os Perímetros de Ação destacados pelo NRP foram: inclusão socioeconômica; infraestrutura urbana; resiliência urbana e conhecimento da representação técnica. Esses destaques podem ser observados no **Quadro 5** a seguir.

Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.

Perímetro de Ação (PA)	Critérios de seleção do Perímetro de Ação
ID 421 CÓRREGO DO BISPO E AFLUENTES	<p>É uma área de alta vulnerabilidade social com loteamentos irregulares e favelas, inclusive em boa parte das áreas de Risco. Quase a totalidade do perímetro que é ocupado está demarcado como ZEIS 1. Possui expressivas áreas de risco de solapamento e escorregamento e implantação do parque municipal Córrego do Bispo (que é um dos parques da borda da Cantareira). Perímetro que não possui ações do programa de metas 2019-2020.</p> <p>Observação: Enquanto conhecimento da representação técnica optou-se por priorizar perímetros que possuem elevada vulnerabilidade social e alta densidade demográfica, e que mesmo assim não possuem ou possuem poucas ações do programa de metas 2019-2020.</p>
ID 167 CABUÇU DE BAIXO 12	<p>É uma área de alta vulnerabilidade social com loteamentos irregulares e favelas, inclusive em áreas de Risco. Parte considerável do perímetro está demarcado como ZEIS 1. Faz parte do Programa de Ação Integrada - PAI 12. Possui expressivas áreas de risco de solapamento e escorregamento, e parte do parque municipal Córrego do Bispo em implantação (que é um dos parques da borda da Cantareira).</p> <p>Observação: Enquanto conhecimento da representação técnica optou-se por priorizar perímetros que possuem elevada vulnerabilidade social e alta densidade demográfica, e que mesmo assim não possuem ou possuem poucas ações do programa de metas 2019-2020.</p>
ID 171 CACHOEIRA DOS ANTUNES	<p>É uma área de alta vulnerabilidade social com expressivas áreas de favelas, inclusive em áreas de risco. Praticamente toda a área residencial do perímetro está demarcada como ZEIS 1 e possui área de ZEIS 5. Possui expressivas áreas de risco de escorregamento.</p> <p>Observação: Enquanto conhecimento da representação técnica optou-se por priorizar perímetros que possuem elevada vulnerabilidade social e alta densidade demográfica, e que mesmo assim não possuem ou possuem poucas ações do programa de metas 2019-2020.</p>
ID 185 CÓRREGO TABATINGUERA	<p>Possui áreas de alta vulnerabilidade social. Favelas em áreas de risco geológico. Áreas de ZEIS 1, 2 e 5. Apresenta ações da SIURB de drenagem do córrego Tabatinguera, que possui áreas com ocorrência de inundação e risco geológico ao longo de seu leito.</p>

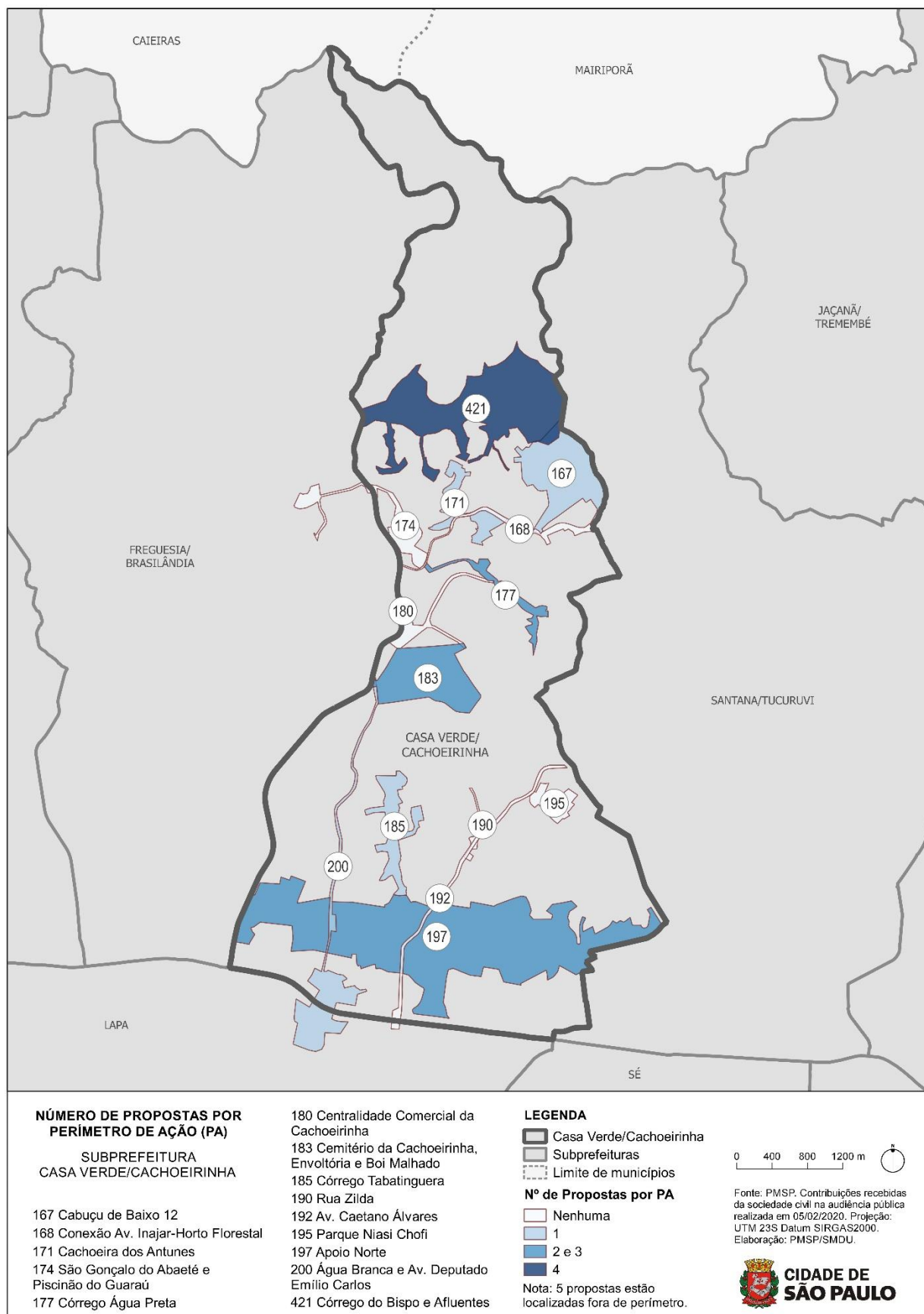
Elaboração: Consultores Unesco.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta de forma sistematizada as contribuições da sociedade na consulta pública realizada no dia 5 de fevereiro de 2020, uma síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal, a pertinência da proposta para o Plano de Ação e as devolutivas de cada órgão municipal para as propostas dos munícipes. O **Mapa 2** e **Anexo 4** indicam o número de propostas da sociedade recebidas na consulta pública para cada Perímetro de Ação da subprefeitura⁹.

⁹ O **Mapa 2** é apresentado no **Anexo 4** em formato A3.

Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública

O estudo das contribuições da sociedade inclui informações sobre: **(a) proposta, (b) Perímetro de Ação (PA), e (c) classificação da proposta.**

A relação estabelecida entre (a) proposta e (b) Perímetro de Ação foi aprimorada por consultores UNESCO, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Governo Municipal (SGM). A classificação das propostas é estabelecida do seguinte modo: **(i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria.**

Na classificação no item **(i) investimentos** nos referimos a propostas que remontam a despesas de capital, e significam a ampliação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais nas Subprefeituras, com vistas a atender necessidades existentes. Na classificação no item **(ii) gestão e monitoramento urbano** nos referimos a estratégias de administração do uso das infraestruturas e serviços públicos, por exemplo gestão de concessão de ônibus, gestão de equipamentos de saúde e educação, e de controle e fiscalização por parte da administração pública, tal como fiscalização sanitária dos comércios. Em **(iii) planos, diretrizes e estudos urbanos**, nos referimos a propostas que ainda demandam algum tipo de avaliação de viabilidade técnica e que, inclusive, se relacionam a planos e estudos já existentes e/ou em andamento. As propostas de **(iv) zeladoria** se referem à manutenção e conservação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais, que contribuam com a melhoria da qualidade de vida, e em geral remontam na aplicação das despesas de custeio pela administração pública.

Por fim, também se definiu uma coluna no **Quadro 6** contendo a análise da “**pertinência**” da proposta apresentada ao Plano de Ação da Subprefeitura. O conceito de pertinência utilizado sintetiza se a proposta apresentada se integra ao processo de planejamento, ao Plano Regional e ao Plano de Ação da Subprefeitura. Caso não seja considerada “pertinente ao Plano de Ação”, a proposta da sociedade civil será encaminhada a outras esferas de administração da Prefeitura, por exemplo: limpeza de terreno, que é uma atividade de zeladoria e de rotina a ser realizada pela Subprefeitura, não necessita estar no Plano de Ação.

A Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha recebeu 14 propostas da sociedade. Essas são apresentadas adiante, organizadas de acordo com os respectivos Perímetros de Ação.

Foram ainda identificados pela SGM-PMSP os setoriais municipais responsáveis para avaliação e possível atendimento das propostas. Em seguida são apresentados as análises e o posicionamento pelos setoriais municipais sobre as propostas a eles afetas. Por fim, é analisada pelo consultor a pertinência das propostas para a elaboração do **Plano de Ação da Subprefeitura**.

Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha ¹⁰

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
1	421 Córrego do Bispo e afluentes 171 Cachoeira dos Antunes 167 Cabuçu de Baixo 12 Fora de perímetro	Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
2	177 Córrego Água Preta	Realizar a pavimentação do Rua Oliveira Martins, trecho do número 305 ao 421 - Vila Nova Cachoeirinha	Manutenção das vias	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
3	Fora de perímetro	Implantação de rede Wifi Livre na Praça Maria Helena na Rua Carolina Roque - Imirim	Oferta de Wi-Fi público	Investimento	16 - Inovação e Tecnologia	Sim
4	177 Córrego Água Preta	Canalização do Córrego Água Preta na Vila Nova Cachoeirinha	Prover infraestrutura de saneamento básico	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
5	185 Córrego Tabatinguera	Desocupação para obras [ilegível] Córrego Anhanguera ¹¹ e aprofundamento do seu leito desde a Praça [ilegível] até a Dario Ribeiro o trecho mais crítico sobre o córrego	Prover infraestrutura de saneamento básico	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim

¹⁰ A coluna “Proposta munícipe” é de elaboração da Secretaria de Governo Municipal. O corpo técnico responsável pela sistematização das propostas da sociedade civil optou pela transcrição *ipsis litteris*. De modo a preservar o esforço de transcrição literal da administração municipal, mantemos a transcrição *ipsis litteris*. Isso implica reprodução de possíveis erros de ortografia.

¹¹ Pela localização descrita trata-se do córrego Tabatinguera e da praça Canaã

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
6	185 Córrego Tabatinguera	Desocupação para obras [ilegível] Córrego Anhanguera e aprofundamento do seu leito desde a Praça [ilegível] até a Dario Ribeiro o trecho mais crítico sobre o córrego	Prover infraestrutura de saneamento básico	Investimento	14 - Habitação	Sim
7	197 Apoio Norte 200 Água Branca e Av. Deputado Emílio Carlos	Reabertura da Rua Jose Papa- Terra Limone para fazer a ligação com a Ponte Júlio Mesquita Neto consequentemente ligação Av. Francisco Matarazzo. Ligação com Av. Pompeia.	Qualificação do sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
8	421 Córrego do Bispo e afluentes	Saneamento Ambiental - Drenagem para pontos de alagamento - Córrego do Bispo entre as Ruas Gervásio Leite Rebello e Dario Vilares Barbosa, altura 1.100	Drenagem urbana	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
9	421 Córrego do Bispo e afluentes Fora de perímetro	Readequação viária, acesso e sinalização inexistente - Acesso - Gervásio Leite Rebello x Inajar de Souza. Sinalização inexistente - Ministro Lins de Barros x Dario Vilares Barbosa (recapeamento urgente)	Qualificação do sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
10	421 Córrego do Bispo e afluentes Fora de perímetro	Ministro Lins de Barros x Dario Vilares Barbosa (recapeamento urgente)	Manutenção das vias	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
11	183 Cemitério da Cachoeirinha, envoltória e Boi Malhado	Instalação de aparelho de exercício físico	Reforma equipamento público de esporte e lazer	Investimento	10 - Esportes e Lazer	Sim
12	183 Cemitério da Cachoeirinha, envoltória e Boi Malhado	Parque - equipamento para crianças como balanço, escorregador e outros aparelhos para crianças - quadra de futebol com redes e cercados e aparar as gramas	Reforma equipamento público de esporte e lazer	Investimento	10 - Esportes e Lazer	Sim
13	183 Cemitério da Cachoeirinha, Envoltória e Boi Malhado	Colocar mesa de jogos para idosos debaixo das árvores, pois bate muito sol onde os mesmos estão localizados	Reforma equipamento público de esporte e lazer	Investimento	10 - Esportes e Lazer	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
14	197 Apoio Norte	Parque Matarazo ocupado pelo Pássaro Marrom - Av. Ordem e Progresso número 1.135, que hoje está sendo ocupado pela Companhia de Ônibus Pássaro Marrom, é uma área de 25 mil metros quadrados, que Associação Rossetto da Luz - Processo de tombamento Compresp número 6025.2019/0025299-9, Ofício número 5101/19 4a PJMac - RC No 626/19 Setor Secretário Luiz Roberto Proença 4o Promotor do Meio Ambiente da Capital. Decretada como ZEPAM pelas leis No 16.050/14 e 16.402/16, bem como se foi destinada à implantação de Parque Municipal. E está no Ministério Público em análise. O qual quando se tornar um parque eu quero concessão para administrar o mesmo.	Implantação de parque	Investimento	28 - Verde e Meio Ambiente	Sim
ID	Perímetro de Ação	Proposta Munícipe (ipsis	Síntese Proposta	Classificação	Secretaria	Pertinência de

	(Elaboração: consultoria)	litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	(Elaboração: consultoria)	Proposta (Elaboração: consultoria)	(Elaboração: SGM- PMSP)	Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
15	177 Córrego Água Preta Fora de perímetro	Incluir zeladorias de praças: 1) Praça Antônio Maturano Lago, Vila Roque - CEP 02474030 2) Praça Padre Francisco Pinto, Vila Roque - CEP 02473-100 3) Praça (Rua) Maria Roque (420), Imirim - CEP 02472-090 4) Praça (Travessa) Tv. Guarani das Missões, 141-89, Vila Basileia - CEP 02464-600 5) Praça Osvaldo Rodrigues Cabral - Sítio do Mandaqui - CEP 02464-050	Manutenção do espaço público	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas

As propostas apresentadas para a Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha são de competência de 8 secretarias municipais, conforme **Quadro 7**. Algumas propostas foram encaminhadas para a avaliação de mais de uma secretaria municipal.

Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.

Setorial municipal	Contagem de Propostas por setorial municipal
10 - Esportes e Lazer	3
14 - Habitação	1
15 - Infraestrutura e Obras	3
16 – Inovação e Tecnologia	1
19 - Mobilidade e Transportes	2
24 – Saúde	1
26 - Subprefeituras	3
28 – Verde e Meio Ambiente	1

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

As propostas foram encaminhadas pela Secretaria de Governo Municipal aos setoriais competentes. A posição dos setoriais esteve orientada pelos seguintes itens (i) proposta; (ii) devolutiva; (iii) justificativa devolutiva. Nem todos os setoriais apresentaram suas devolutivas, ou a devolutiva para todas as propostas. As posições dos setoriais sobre as propostas foram sistematizadas e organizadas em acordo com os Perímetros de Ação pelos consultores UNESCO, e estão descritas no **Quadro 8**.

Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
167 Cabuçu de Baixo 12 171 Cachoeira dos Antunes 421 Córrego do Bispo e afluentes Fora de perímetro	Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica	24 - Saúde	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	O plano de ação de 2020 pertencente a subprefeitura de Casa Verde objetiva a reforma da Unidade Básica de Saúde -UBS Adelaide Lopes e a Unidade Básica integrada à Assistência Médica Ambulatorial - UBS/AMA Sítio Mandaqui. Também, vale salientar que a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território.
177 Córrego Água Preta	Realizar a pavimentação do Rua Oliveira Martins, trecho do número 305 ao 421 - Vila Nova Cachoeirinha	26 - Subprefeituras	Demanda inviável	Não há projetos e cronograma referente à execução de obras na referida via.
177 Córrego Água Preta	Canalização do Córrego Água Preta na Vila Nova Cachoeirinha	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	Foi elaborado o projeto de canalização, mas não há previsão para a realização das obras
177 Córrego Água Preta Fora de perímetro	Incluir zeladorias de praças: 1) Praça Antônia Maturano Lago, Vila Roque - CEP 02474030 2) Praça Padre Francisco Pinto, Vila Roque - CEP 02473-100 3) Praça (Rua) Maria Roque (420), Imirim - CEP 02472-090 4) Praça (Travessa) Tv. Guarani das Missões, 141-89, Vila Basileia - CEP 02464-600 5) Praça Osvaldo Rodrigues Cabral - Sítio do Mandaqui - CEP 02464-050	26 - Subprefeituras	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	As Praças estão na programação de zeladoria (limpeza, capina e roçada) de 2020. Ou seja, dentro do Plano. Uma já executada em 01/02/2020 (Praça RUa Maria Roque, 420)

Perímetro de Ação	Proposta Múnicipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
183 Cemitério da Cachoeirinha, envoltória e Boi Malhado	Instalação de aparelho de exercício físico	10 - Esportes e Lazer	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
183 Cemitério da Cachoeirinha, envoltória e Boi Malhado	Parque - equipamento para crianças como balanço, escorregador e outros aparelhos para crianças - quadra de futebol com redes e cercados e aparar as gramas	10 - Esportes e Lazer	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
183 Cemitério da Cachoeirinha, Envoltória e Boi Malhado	Colocar mesa de jogos para idosos debaixo das árvores, pois bate muito sol onde os mesmos estão localizados	10 - Esportes e Lazer	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
185 Córrego Tabatinguera	Desocupação para obras [ilegível] Córrego Anhanguera ¹² e aprofundamento do seu leito desde a Praça [ilegível] até a Dario Ribeiro o trecho mais crítico sobre o córrego	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	
Perímetro de Ação	Proposta Múnicipe (ipsis litteris. Sistematização:	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa

¹² Pela localização descrita trata-se do córrego Tabatinguera e da praça Canaã

	SGM-PMSP)			
185 Córrego Tabatinguera	Desocupação para obras [ilegível] Córrego Anhanguera e aprofundamento do seu leito desde a Praça [ilegível] até a Dario Ribeiro o trecho mais crítico sobre o córrego	14 - Habitação	Demanda não concerne à Secretaria	Concerne a SIURB e Subprefeituras Casa Verde.
185 Córrego Tabatinguera	Desocupação para obras [ilegível] Córrego Anhanguera e aprofundamento do seu leito desde a Praça [ilegível] até a Dario Ribeiro o trecho mais crítico sobre o córrego	26 - Subprefeituras	Demanda não concerne à Secretaria	Concerne a SMT/CET - Secretaria de Mobilidade e Transportes/Companhia de Engenharia de Tráfego
197 Apoio Norte 200 Água Branca e Av. Deputado Emílio Carlos	Reabertura da Rua Jose Papa-Terra Limone para fazer a ligação com a Ponte Julio Mesquita Neto consequentemente ligação Av. Francisco Matarazzo. Ligação com Av. Pompeia.	19 - Mobilidade e Transportes - CET	Demanda não concerne à Secretaria	para manifestação prévia da SIURB.
197 Apoio Norte 200 Água Branca e Av. Deputado Emílio Carlos	Reabertura da Rua Jose Papa-Terra Limone para fazer a ligação com a Ponte Julio Mesquita Neto consequentemente ligação Av. Francisco Matarazzo. Ligação com Av. Pompeia.	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	
Perímetro de Ação	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa

197 Apoio Norte	Parque Matarazo ocupado pelo Pássaro Marrom - Av. Ordem e Progresso número 1.135, que hoje está sendo ocupado pela Companhia de Ônibus Pássaro Marrom, é uma área de 25 mil metros quadrados, que Associação Rossetto da Luz - Processo de tombamento Compresp número 6025.2019/0025299-9, Ofício número 5101/19 4a PJMac - RC No 626/19 Setor Secretário Luiz Roberto Proença 4o Promotor do Meio Ambiente da Capital. Decretada como ZEPAM pelas leis No 16.050/14 e 16.402/16, bem como se foi destinada à implantação de Parque Municipal. E está no Ministério Público em análise. O qual quando se tornar um parque eu quero concessão para administrar o mesmo.	28 - Verde e Meio Ambiente	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	
421 Córrego do Bispo e afluentes	Saneamento Ambiental - Drenagem para pontos de alagamento - Córrego do Bispo entre as Ruas Gervásio Leite Rebelo e Dario Vilares Barbosa, altura 1.100	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	
Perímetro de Ação	Proposta Muncípe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
421 Córrego do Bispo e afluentes	Readequação viária, acesso e sinalização inexistente -	19 - Mobilidade e Transportes - CET	Demanda acrescentada	Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00837/20-10

Fora de perímetro	Acesso - Gervásio Leite Rebelo x Inajar de Souza. Sinalização inexistente - Ministro Lins de Barros x Dario Vilares Barbosa (recapeamento urgente)		ao Planejamento de 2020	
421 Córrego do Bispo e afluentes Fora de perímetro	Ministro Lins de Barros x Dario Vilares Barbosa (recapeamento urgente)	26 - Subprefeituras	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será realizado estudo preeliminares para verificar a possibilidade de inclusão da referida via na programação de recapeamento 2021
Fora de perímetro	Implantação de rede Wifi Livre na Praça Maria Helena na Rua Carolina Roque - Imirim	16 - Inovação e Tecnologia	Demanda inviável	Informamos que o Programa WiFi Livre SP tem como objetivo levar internet gratuita e de qualidade para as principais praças fomentando a inclusão digital e a apropriação do espaço público. Inicialmente contávamos com 120 pontos e estamos trabalhando na fase de expansão para levar internet gratuita para 624 localidades e disponibilizar wifi em centros culturais, bibliotecas, centros desportivos e pontos turísticos, entre outros pontos de acesso. Infelizmente, uma vez que o Edital de Credenciamento já foi assinado e já estamos em fase de implementação da expansão do Programa, não é mais possível acrescentarmos localidades à lista de locais que receberão o Programa WiFi Livre SP. As localidades sugeridas serão anotadas para que, em uma futura expansão possam ser analisadas e possivelmente contempladas. Informações sobre a lista de localidades que serão contempladas nessa fase de expansão você pode encontrar aqui: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=279947

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. SGM. Informações atualizadas pela SGM em 17.08.2020. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública

Este item trata dos Perímetros de Ação priorizados, com vistas à elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura. Os Perímetros de Ação selecionados para serem desenvolvidos prioritariamente, atendendo as principais diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Casa Verde¹³, são:

- 1. ID 421 | Córrego do Bispo e afluentes;**
- 2. ID 167 | Cabuçu de Baixo 12;**
- 3. ID 171 | Cachoeira dos Antunes;**
- 4. ID 185 | Córrego Tabatinguera**

A avaliação de propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021, a partir das propostas apresentadas pela sociedade, se desenvolve em torno dos seguintes elementos:

- (i) quando possível, e em acordo com os insumos fornecidos pelas secretarias municipais, tratar da viabilidade técnica e financeira das contribuições de sociedade;
- (ii) justificativas e recomendações a respeito das propostas da sociedade consideradas inviáveis ou pouco aderentes ao Plano de Ação da Subprefeitura;
- (iii) relação entre propostas da sociedade, diretrizes apresentadas por PRS e Programa de Metas 2019-2020;
- (iv) inserção de propostas no Plano de Ação da Subprefeitura;
- (v) recomendações para o próximo ciclo de planejamento, quando pertinente.

A análise das propostas foi organizada por Perímetro de Ação prioritário, conforme apresentada a seguir.

¹³ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação – Casa Verde. In: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PA-CV.pdf>

1. ID 421 | Córrego do Bispo e afluentes

As **diretrizes** para esse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Criação do parque linear (PQ-CV-01 - Parque Linear do Córrego do Bispo), conforme especificação do PDE e de acordo com diretrizes da Zona de Amortecimento da Cantareira, de modo a atender a demanda por espaços verdes públicos, conter a expansão urbana, proteger os fragmentos de Mata Atlântica e mitigar os impactos do Rodoanel. Implantação de áreas de permanência e lazer nas margens do Córrego do Bispo, minimizando os fatores causadores de enchentes. Construção, ao longo do parque linear, de vias de circulação de pedestres e ciclovias. Recuperação paisagística dos córregos que não estão tamponados, com arborização e implantação de equipamentos. Revitalização de campo na Av. Francisco Machado da Silva, e implantação de área de lazer na Rua Forte de São Caetano, segundo pedidos da população;
- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e ao longo do Parque Linear do Córrego do Bispo, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento, escorregamento e alagamento em que a área é sujeita atualmente. Atendimento habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento e solapamento;
- Apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres, de acordo com a Lei Municipal Nº 16.212 de 10 junho de 2015 e com o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP).
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação e melhoria de passeios públicos, escadarias, sinalização, arborização, acessibilidade universal e mobiliário urbano (principalmente lixeiras). Destaque para a revitalização das diversas escadarias existentes no perímetro, especialmente: entre as ruas Olhos do Coração e Solar, ao lado do conjunto habitacional Cohab Jd. Antártica; entre as ruas João Oliveira Salgado e Antônio Lopes de Barros, garantindo colocação de corrimão e melhoria de iluminação, segundo pedidos da população; e entre as ruas Gervásio Leite Rebelo e Doutor Francisco Eugênio do Amaral. Construção de passarelas de

pedestre sobre o córrego Cabuçu de Baixo, conectando o Parque Linear proposto ao equipamento "Fábrica de Cultura Brasilândia";

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de limpeza, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;
- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego do Bispo, nas ruas São Roque de Minas e Gervásio Leite Rebelo. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Considerar os impactos da implantação do trecho norte do Rodoanel;
- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Destaque para pavimentação das vias próximas ao Córrego do Bispo e melhoria das ruas Solar, Lembrança, Dom Aquino e Anfitriã. Conexão local interligando o final da Avenida Inajar de Souza a Avenida Santa Inês, proposta pela população, deverá ser avaliada mediante projetos urbanísticos e habitacionais na região. Solução técnica para melhorar a conexão entre a Avenida Inajar de Souza e Rua Gervásio Leite (altura do número 1300);
- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para implantação de equipamentos de cultura, educação e saúde. Liberação para uso do Espaço Cultural Ambiental e Social integrado ao Ecoponto Cultural do Jardim Antártica, construído para utilização dos munícipes.

Não há ações **do Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação.

As propostas recebidas dizem respeito apenas a três das oito diretrizes do perímetro. A seguir são elencadas essas três destacadas e logo a seguir as propostas que reforçam a respectiva diretriz.

• **Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego do Bispo, nas ruas São Roque de Minas e Gervásio Leite Rebelo. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Considerar os impactos da implantação do trecho norte do Rodoanel.**

Propostas:

- Drenagem urbana - Saneamento Ambiental - Drenagem para pontos de alagamento - Córrego do Bispo entre as Ruas Gervásio Leite Rebelo e Dario Vilares Barbosa, altura 1.100.

Demanda pertinente para o Plano de Ação. Não houve resposta da SIURB.

Como as diretrizes deste perímetro são muito detalhadas, este ponto de alagamento já estava previsto na diretriz.

• **Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Destaque para pavimentação das vias próximas ao Córrego do Bispo e melhoria das ruas Solar, Lembrança, Dom Aquino e Anfitriã. Conexão local interligando o final da Avenida Inajar de Souza a Avenida Santa Inês, proposta pela população, deverá ser avaliada mediante projetos urbanísticos e habitacionais na região. Solução técnica para melhorar a conexão entre a Avenida Inajar de Souza e Rua Gervásio Leite (altura do número 1300).**

Propostas:

- Qualificação do sistema viário - Readequação viária, acesso e sinalização inexistente - Acesso - Gervásio Leite Rebelo x Inajar de Souza. Sinalização

inexistente - Ministro Lins de Barros x Dario Vilares Barbosa (recapeamento urgente)

Demanda pertinente para o Plano de Ação. A resposta da CET foi: *“Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00837/20-10”*

Como as diretrizes deste perímetro são muito detalhadas, a conexão viária proposta já estava prevista na própria diretriz.

- Manutenção das vias - Ministro Lins de Barros x Dario Vilares Barbosa (recapeamento urgente)

Demanda não pertinente ao Plano de Ação, por se tratar de zeladoria urbana, prática rotineira da administração pública. A resposta da SMSUB foi: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Será realizado estudo preeliminares para verificar a possibilidade de inclusão da referida via na programação de recapeamento 2021.”*

- **Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para implantação de equipamentos de cultura, educação e saúde. Liberação para uso do Espaço Cultural Ambiental e Social integrado ao Ecoponto Cultural do Jardim Antártica, construído para utilização dos munícipes.**

Propostas:

- Oferta de equipamento público de saúde - Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica

Demanda pertinente para o Plano de Ação. A resposta da SMS foi: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. O plano de ação de 2020 pertencente a subprefeitura de Casa Verde objetiva a reforma da Unidade Básica de Saúde - UBS Adelaide Lopes e a Unidade Básica integrada à Assistência Médica Ambulatorial - UBS/AMA Sítio Mandaqui. Também, vale salientar que a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território.”*

Importante demanda visto que é uma região de alta precariedade urbana com necessidade de equipamentos públicos, importante destacar essa demanda para o próximo ciclo de planejamento 2021-2024.

Algumas demandas recebidas já constavam nas diretrizes do perímetro, expondo que são questões pendentes desde a elaboração do Plano Regional. Isto evidencia também que é uma região onde não há grandes investimentos públicos, visto que não houve ações do programa de metas 2019-2020 neste perímetro. Importante ainda destacar que as propostas recebidas dizem respeito a importantes questões, porém não abordam o principal tema do perímetro, o conflito entre o avanço da ocupação urbana precária e as áreas de preservação ambiental, onde deveriam ser feitos parques e parques lineares. Por este motivo é fundamental que essas diretrizes principais do perímetro sigam sendo prioritárias.

2. ID 167 | CABUÇU DE BAIXO 12

As **diretrizes** para esse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Qualificação e fortalecimento dos eixos de centralidade comercial da Rua Condessa Amália Matarazzo e da Av. Mariana Caligori Ronchetti. Qualificação urbanística do eixo, contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea (quando possível); melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano; sinalização visual; e implantação contígua de equipamentos públicos como elementos catalizadores do comércio e serviços privados, segundo diretrizes do PDE;
- Apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres, de acordo com a Lei Municipal Nº 16.212 de 10 junho de 2015 e com o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP);
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, mobiliário urbano, acessibilidade universal, arborização e sinalização. Destaque para demanda levantada pela população por continuidade da calçada na Av. Francisco Machado da Silva, próximo ao número 1410. Necessidade de urbanização e pavimentação com regularização fundiária na Rua Condessa Amália Matarazzo. Necessárias melhorias de pavimentação, calçada, iluminação, sinalização, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras) e implantação de lombada: na Rua Letícia Cini, com regularização fundiária da comunidade de mesmo nome; na confluência entre a Rua Condessa Amália Matarazzo e Avenida Francisco Machado, nas Ruas Palmas de São Moisés e Maria Maria; na Avenida Francisco Machado da Silva e na Praça da Paz, onde já ocorreram muitos acidentes. Revitalização das escadarias localizadas na Rua Forte de São Caetano, ao lado do número 92 e entre os números 212 e 226, contemplado colocação de corrimão e melhoria de iluminação pública. Revitalização da Viela Palmas de São Moisés, com acesso a Rua Antônio França e Horta;
- Implantação de áreas de permanência e lazer nas margens do Córrego do Guaraú, segundo pedidos da população. Garantia de manutenção e revitalização dos Campos

do Guarani e da Rua Forte de São Caetano (incorporando praça), com implantação de ATI, Playground, mobiliário urbano e urbanização do entorno. Considerar proposta de Parque Linear ao lado da Avenida das Magnólias, constante do Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Cabuçu de Baixo, desenvolvido pela SIURB;

- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos, Requalificação paisagística do Córrego Guaraú e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de limpeza, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Requalificação paisagística do Córrego Guaraú, priorizando a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego Guaraú. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Considerar os impactos da Estação de Tratamento de Água (ETA Guaraú) e da implantação do trecho norte do Rodoanel;

- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Melhorias de pavimentação na Av. Peri Ronchetti, Av. Lagoa Santa, Ruas Antonio França e Bruna Galleia. Verificar possibilidade de aplicação de sentido único de tráfego na Rua Forte de São Caetano, devido ao grande fluxo de veículos apontado pela população. Sugestão da SPTrans de possível binário entre as Ruas Índio Peri e Peri Ronchetti, para solucionar trânsito na Rua Peri Ronchetti apontado pela população (mão dupla com muito comércio e estacionamento, principalmente em frente à igreja do Largo do Perl) e na Rua Índio Peri confluência com a Rua General Isidoro Dias Lopes. Necessário levar em consideração feira que acontece às quartas na Av. Mariana Caligliori Ronchetti;

- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego do Guaraú, promovendo urbanização e pavimentação, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há

solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento, escorregamento e alagamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento e solapamento;

- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para necessidade de implantação de área de lazer e cultura, com equipamentos; UBS; Centro de Referência à Mulher e ao Idoso; Serviço de acolhimento à população em situação de rua; Bom Prato; Centro de Reabilitação Fisioterápico e CEU, segundo população. Relocar os equipamentos sociais e de cultura que deverão ser removidos por estarem implantados em cima da adutora da SABESP.

As ações previstas **no Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

- SMIT – Wifi gratuito

Para este perímetro foi recebida apenas uma proposta que pode ser localizada sobre ele, e contempla apenas uma das nove diretrizes do perímetro. A seguir temos essa diretriz e a respectiva proposta.

- **Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para necessidade de implantação de área de lazer e cultura, com equipamentos; UBS; Centro de Referência à Mulher e ao Idoso; Serviço de acolhimento à população em situação de rua; Bom Prato; Centro de Reabilitação Fisioterápico e CEU, segundo população. Relocar os equipamentos sociais e de cultura que deverão ser removidos por estarem implantados em cima da adutora da SABESP.**

Propostas:

- Oferta de equipamento público de saúde - Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica

Demanda pertinente para o Plano de Ação. A resposta da SMS foi: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. O plano de ação de 2020 pertencente a subprefeitura de Casa Verde objetiva a reforma da Unidade Básica de Saúde - UBS Adelaide Lopes e a Unidade Básica integrada à Assistência Médica*

Ambulatorial - UBS/AMA Sítio Mandaqui. Também, vale salientar que a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território.”

Importante demanda visto que é uma região de alta precariedade urbana com necessidade de equipamentos públicos, importante destacar essa demanda para o próximo ciclo de planejamento 2021-2024.

Também é um perímetro onde há pouco investimento do poder público com apenas uma ação de Wifi Livre do Programa de Metas 2019-2020 incidindo sobre ele.

3. ID 171 | CACHOEIRA DOS ANTUNES;

As **diretrizes** para esse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Qualificar e fortalecer o eixo de centralidade comercial da Avenida Massao Watanabe. Qualificação urbanística do eixo, contemplando: reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas e arborização; acessibilidade; enterramento da fiação aérea (quando possível); melhoria da iluminação pública; implantação de mobiliário urbano; sinalização visual; e implantação contígua de equipamentos públicos como elementos catalizadores do comércio e serviços privados, segundo diretrizes do PDE;
- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, passarelas sobre os córregos, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, arborização e sinalização. Destaque para o entorno do Córrego da Cachoeira dos Antunes e terreno nos fundos da Escola Osvaldo Quirino, onde havia um campo de futebol (Campo Tiradentes). Adoção de conceitos de traffic calming para conectar as escolas existentes na região aos núcleos habitacionais e caminhos verdes propostos. Promover melhorias de iluminação e pintura de quadra na Praça entre a Rua Doutor Araújo Castro e a Avenida Massao Watanabe, que passou recentemente por reforma;
- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, com garantia de consolidação geotécnica, limpeza, iluminação, acessibilidade, arborização e impedimento de novas ocupações nos cursos d'água. Requalificação paisagística do Córrego da Cachoeira dos Antunes, priorizando a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos;
- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego da Cachoeira dos Antunes. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta

Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Destaque para os pontos viciados identificados no perímetro: na Praça entre a Rua Doutor Araújo Castro e a Avenida Massao Watanabe e próximo ao Córrego da Cachoeira dos Antunes, na Rua Doutor Araújo Castro;

- Adequação viária, melhoria de sinalização e estruturação do transporte público, principalmente nas vielas de acesso à Avenida Afonso Lopes Vieira e Massao Watanabe. Melhoramento viários propostos pela CET para o perímetro: Regularização da R. Cachoeira dos Antunes, desocupar calçadas (remoção de moradias), melhorando a acessibilidade local e circulação de pedestres; e interligação da Rua Doutor Araújo de Castro;
- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego da Cachoeira dos Antunes, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de escorregamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de escorregamento;
- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos.

As ações previstas **no Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

- SMT – Requalificação ciclovias e ciclofaixas – Ciclofaixa Afonso Lopes Vieira

Houve apenas uma proposta recebida que pode ser localizada sobre este perímetro, contemplando apenas uma das sete diretrizes do perímetro. A seguir temos essa diretriz e a respectiva proposta.

- **Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos.**

Propostas:

- Oferta de equipamento público de saúde - Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica

Demanda pertinente para o Plano de Ação. A resposta da SMS foi: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. O plano de ação de 2020 pertencente a subprefeitura de Casa Verde objetiva a reforma da Unidade Básica de Saúde - UBS Adelaide Lopes e a Unidade Básica integrada à Assistência Médica Ambulatorial - UBS/AMA Sítio Mandaqui. Também, vale salientar que a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território.”*

É também uma região de alta precariedade urbana com necessidade de equipamentos públicos, essa é uma importante demanda para ser incorporada ao próximo ciclo de planejamento 2021-2024.

Também é um perímetro onde há pouco investimento do poder público com apenas uma ação de requalificação de ciclofaixa do Programa de Metas 2019-2020 incidindo sobre ele.

4. ID 185 | CÓRREGO TABATINGUERA

As **diretrizes** para esse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Qualificação dos espaços livres públicos, contemplando implantação de passeios públicos, escadarias, mobiliário urbano (com destaque para lixeiras), acessibilidade universal, ciclovias, arborização e sinalização. Necessidade de placas de sinalização que indiquem a Biblioteca na Avenida Deputado Emílio Carlos e as Escolas Municipais e Estaduais, segundo pedido da população;
- Implantação de áreas de verdes com equipamentos de esporte e lazer nas margens do Córrego Tabatinguera, preferencialmente próximo à EMEF Aroldo, à comunidade Lidiane e Jardim das Praças e à Escola Boarin. Conectar áreas verdes propostas aos equipamentos e áreas de lazer existentes no perímetro, com destaque para EMEF Professor Aroldo de Azevedo, Biblioteca Pública Menotti del Picchia, CEI Vila Prado, Telecentro Anjos da Paz, EMEI 7 de Setembro, Ecoponto Santa Maria e Praça Adriano Ribeiro Cardoso. Ampliar revitalização de córrego na viela de acesso à Favela Caixa D'água, onde foram implantados equipamentos e mobiliário, incorporando toda sua extensão;
- Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, garantindo solução para assoreamento lateral do córrego, requalificação paisagística do córrego, reurbanização do entorno, arborização lateral, iluminação, limpeza em toda a extensão do córrego e desratização, segundo pedidos da população. Manutenção do Programa Córrego Limpo, para monitoramento mensal do córrego. Solucionar pontos de alagamento no perímetro, dentre eles na área próxima à Praça Canaã, que sofreu com alagamento em 2016, segundo apontado pela população. Considerar proposta de Reservatório de Águas Pluviais próximo à Rua Doutor Moraes Dantas, constante do Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Mandaqui, desenvolvido pela SIURB, a ser implantado preferencialmente sob área de lazer. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das

águas e dos resíduos sólidos. Implantação de muros de contenção próximo à passarela sobre o córrego, na altura do número 160 da Rua Professor Gama Cerqueira;

- Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego Guaraú. Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Destaque para necessidade de melhorar o acesso e pavimentação da Rua Augusto Franco de Sousa, onde já ocorreram acidentes, segundo comentários da população. Proposta para solucionar problema de acessibilidade da Travessa Fama;
- Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego Tabatinguera, promovendo urbanização e pavimentação, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). Remoção de residências onde não há solução tecnológica viável para a prevenção dos riscos de solapamento em que a área é sujeita atualmente. Solução habitacional para os habitantes removidos em área próxima, prioritariamente na mesma sub-bacia. Congelamento da área e obras para a redução de riscos de solapamento;
- Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos. Garantir permanência da Biblioteca Municipal Menotti del Picchia. Avaliar demanda por espaço para atividades culturais e atividades para crianças, jovens, adultos, CCA e CCJ, Centro de Referência do Idoso, AME (Ambulatório de Especialidades preferencialmente integrado à UBS Santa Maria), CDC (no atual Campo da Vila Prado) e Centro de Cidadania da Mulher (CCM preferencialmente próximo à Comunidade Agreste), apontada pela população. Implantação de Academias da Terceira Idade e Playground em terrenos ociosos na microbacia do Tabatinguera. Sugestão de terreno para implantação de CEU na Rua Baltazar Badal.

As ações previstas **no Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

- SIURB – Intervenções de drenagem no Córrego Tabatinguera - Reservatório
- SIURB – Intervenções de drenagem no Córrego Tabatinguera - Canalização
- SMIT – Wifi gratuito

Houve apenas uma proposta recebida que pode ser localizada sobre este perímetro, contemplando apenas uma das sete diretrizes do perímetro. A seguir temos essa diretriz e a respectiva proposta.

• **Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, garantindo solução para assoreamento lateral do córrego, requalificação paisagística do córrego, reurbanização do entorno, arborização lateral, iluminação, limpeza em toda a extensão do córrego e desratização, segundo pedidos da população. Manutenção do Programa Córrego Limpo, para monitoramento mensal do córrego. Solucionar pontos de alagamento no perímetro, dentre eles na área próxima à Praça Canaã, que sofreu com alagamento em 2016, segundo apontado pela população. Considerar proposta de Reservatório de Águas Pluviais próximo à Rua Doutor Moraes Dantas, constante do Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Mandaqui, desenvolvido pela SIURB, a ser implantado preferencialmente sob área de lazer. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos. Implantação de muros de contenção próximo à passarela sobre o córrego, na altura do número 160 da Rua Professor Gama Cerqueira.**

Propostas:

- Prover infraestrutura de saneamento básico – Desocupação para obras de aprofundamento do leito do Córrego Tabatinguera, desde a praça Canaã até a Rua Dario Ribeiro.

Demanda pertinente para o Plano de Ação. A demanda foi encaminhada para três secretarias. A SEHAB respondeu que a demanda não concerne à secretaria, e deve ser encaminhada à SIURB e à Subprefeitura Casa Verde. A resposta da SIURB foi de que a demanda não concerne à Secretaria e a resposta da SMSUB

foi também: *“Demanda não concerne à Secretaria. Concerne a SMT/CET - Secretaria de Mobilidade e Transportes/Companhia de Engenharia de Tráfego”*.

Esta é uma diretriz central para a efetivação deste perímetro, que tem como eixo o córrego Tabatinguera. A proposta recebida reforça essa diretriz assim como as intervenções de drenagem no córrego que constam do Programa de Metas 2019-2020. Porém ainda faltam ações que efetivem diretrizes complementares a esta, como por exemplo a qualificação dos espaços livres públicos e implantação de áreas verdes com equipamentos de esporte e lazer nas margens do córrego. As respostas evasivas das secretarias só confirmam que deveria haver uma ação integrada para a resolução desta demanda.

PROPOSTAS COM ABRANGÊNCIA PARA O TERRITÓRIO DA SUBPREFEITURA

Na consulta pública não houve propostas apresentadas direcionadas para o território da Subprefeitura, mas cabe referenciar as diretrizes gerais para a Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha segundo o Plano Regional da Subprefeitura¹⁴, pois elas reforçam as diretrizes dos perímetros prioritários. São elas:

- Atendimento às diferentes necessidades habitacionais para a população em vulnerabilidade social e em situação de risco;
- Promoção da urbanização e regularização fundiária dos assentamentos urbanos precários, dotando-os de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana;
- Contenção do avanço da expansão urbana em direção à Serra da Cantareira para a preservação do cinturão verde de Mata Atlântica ainda existente na Zona Norte do Município, por meio de fiscalização e monitoramento das ocupações irregulares;
- Promoção do saneamento ambiental da região com ações que objetivam o acesso universal ao saneamento básico, a recuperação e conservação dos recursos ambientais, a recuperação ambiental dos cursos d'água, solução dos problemas de macro e micro drenagem, a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Recuperação e proteção do patrimônio ambiental com a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e áreas ainda vegetadas, revitalização de nascentes, cachoeiras e cursos d'água, implantação dos parques previstos no PDE, proposição de novos parques lineares junto aos cursos d'água e implantação de caminhos verdes;
- Melhoria na ligação leste – oeste, inclusive com a abertura das avenidas previstas no Arco Tietê;
- Elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores e estímulo à criação de novas escolas profissionalizantes;

¹⁴ Estas diretrizes estão disponíveis em: “Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Quadro Analítico – Casa Verde”. In: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/QA-CV.pdf>.

- Incentivo à diversificação e instalação de novas atividades produtivas e a geração de empregos;
- Reavaliação e ampliação da oferta de equipamentos e serviços públicos;
- Requalificação urbanística das calçadas nas vias comerciais e de acesso ao transporte público.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam as ações prioritárias para a implementação dos perímetros de ação que compõe o Plano de Ação da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha, conforme exposto a seguir no **Quadro 9**.

A consulta à sociedade civil, aos setoriais municipais, e o estudo técnico desenvolvido pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU indicam as recomendações para o Plano de Ação da Subprefeitura. As recomendações possuem aderência ao Plano de Ação e, em específico, aos Perímetros de Ação Prioritários.

Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade
ID 421 CÓRREGO DO BISPO E AFLUENTES	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do parque linear (PQ-CV-01 - Parque Linear do Córrego do Bispo), conforme especificação do PDE e de acordo com diretrizes da Zona de Amortecimento da Cantareira, de modo a atender a demanda por espaços verdes públicos, conter a expansão urbana, proteger os fragmentos de Mata Atlântica e mitigar os impactos do Rodoanel. • Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e ao longo do Parque Linear do Córrego do Bispo, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). • Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. Destaque para os pontos de alagamento existentes, principalmente ao longo do Córrego do Bispo, <u>nas ruas São Roque de Minas e Gervásio Leite Rebelo</u>. (Este trecho da diretriz contempla a proposta feita) Implantar ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundo de vale e em cabeceiras de drenagem e em planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundo de Vale. Coleta e destinação dos resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Considerar os impactos da implantação do trecho norte do Rodoanel; • Adequação viária, implantação de ciclovias e estruturação do transporte público. Destaque para pavimentação das vias 	As diretrizes do perímetro são detalhadas e apresentam questões que ainda são demandadas pela população. Importante que hajam ações articuladas entre as secretarias para responder à complexidade das diretrizes do perímetro.

	<p>próximas ao Córrego do Bispo e melhoria das ruas Solar, Lembrança, Dom Aquino e Anfitriã. Conexão local interligando o final da Avenida Inajar de Souza a Avenida Santa Inês, proposta pela população, deverá ser avaliada mediante projetos urbanísticos e habitacionais na região. <u>Solução técnica para melhorar a conexão entre a Avenida Inajar de Souza e Rua Gervásio Leite (altura do número 1300).</u> (Este trecho da diretriz contempla a proposta feita)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para implantação de equipamentos de cultura, educação e saúde. Liberação para uso do Espaço Cultural Ambiental e Social integrado ao Ecoponto Cultural do Jardim Antártica, construído para utilização dos munícipes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta equipamento público de saúde - Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica (demanda repetida pois pode se localizar em algum destes 3 perímetros).
ID 167 CABUÇU DE BAIXO 12	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos, com destaque para necessidade de implantação de área de lazer e cultura, com equipamentos; UBS; Centro de Referência à Mulher e ao Idoso; Serviço de acolhimento à população em situação de rua; Bom Prato; Centro de Reabilitação Fisioterápico e CEU, segundo população. Relocar os equipamentos sociais e de cultura que deverão ser removidos por estarem implantados em cima da adutora da SABESP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta equipamento público de saúde - Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica (demanda repetida pois pode se localizar em algum destes 3 perímetros).
Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da

		sociedade
ID 171 CACHOEIRA DOS ANTUNES	<ul style="list-style-type: none"> • Solução para os problemas de saneamento e drenagem, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Drenagem municipal. • Construção e/ou requalificação de equipamentos públicos. • Solucionar as questões habitacionais, especialmente nas áreas de risco e nas margens do Córrego da Cachoeira dos Antunes, de acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH). 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta equipamento público de saúde - Construção da UPA Peri e UBS Jardim Antártica (demanda repetida pois pode se localizar em algum destes 3 perímetros).
Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade

**ID 185 | CÓRREGO
TABATINGUERA**

• Recuperação e despoluição da nascente e do leito dos córregos e implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, garantindo solução para assoreamento lateral do córrego, requalificação paisagística do córrego, reurbanização do entorno, arborização lateral, iluminação, limpeza em toda a extensão do córrego e desratização, segundo pedidos da população. Manutenção do Programa Córrego Limpo, para monitoramento mensal do córrego. **Solucionar pontos de alagamento no perímetro, dentre eles na área próxima à Praça Canaã, que sofreu com alagamento em 2016, segundo apontado pela população.** (Este trecho da diretriz contempla a proposta feita) Considerar proposta de Reservatório de Águas Pluviais próximo à Rua Doutor Moraes Dantas, constante do Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Mandaqui, desenvolvido pela SIURB, a ser implantado preferencialmente sob área de lazer. Priorizar a utilização de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis. Mobilização da população para o planejamento participativo das intervenções na bacia hidrográfica, promovendo atividades de educação ambiental e comunicação social voltadas ao manejo das águas e dos resíduos sólidos. Implantação de muros de contenção próximos à passarela sobre o córrego, na altura do número 160 da Rua Professor Gama Cerqueira;

A indefinição por parte das secretarias de qual o setorial responsável pela demanda apresentada reforça a necessidade de ação intersetorial que contemple: desapropriações e obras de aprofundamento do leito do córrego com o intuito de evitar os frequentes alagamentos.

Elaboração: Consultores UNESCO.

O Plano de Ação da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha é a aplicação em ciclos de planejamento periódicos do Plano Regional da Subprefeitura elaborado em 2016. Elemento definido no sistema municipal do planejamento urbano paulistano, o Plano de Ação da Subprefeitura visa nortear a aplicação do investimento públicos municipal para a implementação de ações e atividades prioritárias, de modo articulado no espaço urbano, com a participação, conhecimento e controle dos conselhos participativos e da sociedade civil organizada.

A elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura é prevista pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e foi regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016. Sua elaboração foi acionada a partir do processo de revisão dos compromissos definidos pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018-2020, Compromisso Nº 2 – Descentralização e Desenvolvimento Local.

Desse modo, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 se iniciou em 2019, e adotou como referência o Programa de Metas 2019-2020 e sua territorialização, de modo a estabelecer relações entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário na cidade de São Paulo, articulado ao Programa de Metas 2019-2020. Associado a isso, sua elaboração é apoiada na consulta pública à sociedade civil, a qual recolheu, debateu e validou propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda que o Plano de Ação da Subprefeitura tenha sido iniciado em 2019, com pouca articulação com o planejamento orçamentário, o plano deverá ser revisto a cada quatro anos, de acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537/2016, em articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano municipal, o processo orçamentário e o Programa de Metas municipal. Desse modo, a cada ciclo quadrienal de planejamento urbano e orçamentário municipal, é possível convergir para um maior alinhamento entre políticas, programas e projetos municipais, com atenção às ações prioritárias apresentadas pelo Plano de Ação da Subprefeitura e aos respectivos Perímetros de Ação Prioritários.

A complexidade e a grande demanda de ações prioritárias, apontadas no **Quadro 9 Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha** explicita a necessidade de investimentos públicos robustos e contínuos na Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha para poder atingir os objetivos e diretrizes do PRS 2016. A efetivação do Plano de Ação da Subprefeitura é sustentada pelo desenvolvimento e

implementação de projetos e intervenções urbanas associados a cada um dos Perímetros de Ação Prioritários e respectivas diretrizes, apresentados neste estudo.

Na consulta pública houve poucas propostas recebidas que reforçam algumas das diretrizes já presentes no Plano Regional. É uma região com poucas ações do Programa de Metas 2019-2020 e conseqüentemente ainda necessita de ações que contemplem questões estruturais da região como o conflito entre o avanço da ocupação urbana precária sobre as áreas de preservação ambiental, e a demanda por infraestrutura de saneamento básico. Nesse período se reforça ainda mais a urgência dessas demandas como forma de diminuição da precariedade urbana que atinge de maneira mais acirrada algumas regiões do município.

Mesmo que as propostas recebidas não contemplem diretamente estas questões é necessário que elas sejam contempladas no próximo ciclo de planejamento para 2021-2024 pois tratam de questões estruturais da subprefeitura.

A otimização dos recursos públicos disponíveis ao Plano de Ação da Subprefeitura pode estar associada à uma maior articulação entre diferentes fundos municipais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Esses fundos municipais contam com fontes de receita regulares e relativamente estáveis, e possuem afinidade finalística com o Plano de Ação das Subprefeituras. Recomenda-se uma maior articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário considerando um maior acesso a esses fundos municipais, hoje centrais à provisão das infraestruturas urbana, habitacional e ambiental para o município de São Paulo.

O Plano Regional da Subprefeitura foi aprovado em 2016 com horizonte de planejamento para 2029, e observa-se que as diretrizes apresentadas pelos Perímetros de Ação Prioritários são válidas, permanecem importantes e devem ser efetivadas. Esse fato ficou evidenciado durante as etapas do processo participativo para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 com recomendações para 2021. Por isso, é importante ampliar a discussão pública de modo que a sociedade participe e influencie a tomada das decisões públicas, alocação das finanças públicas e as prioridades de financiamento do desenvolvimento urbano paulistano.

O alinhamento entre a participação da sociedade civil; o fortalecimento das institucionalidades da administração pública, a exemplo do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das Subprefeituras; a implantação de um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados de

informações territorializadas; e uma maior articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, potencializará a importância da implementação do Plano de Ação das Subprefeituras na cidade de São Paulo.